



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIII - Nº 254 - DE 17 DE FEVEREIRO A 03 DE MARÇO DE 2003 - R\$ 1,00

Primeiros passos do governo Lula:

**Salário Mínimo de Fome, Cortes no gastos sociais,
Reforma da Previdência, Apoio a Sarney no Senado,
Instalação do Pacto Social, Aumento dos juros**

- **Não ao pacto social**
- **Nenhuma organização de massa nas negociações do pacto**

Luta de massas na Bolívia derrota imposto



Ao lado do Iraque contra o imperialismo:

Fora com a resolução da ONU, marionete do imperialismo!

Em defesa da autodeterminação do Iraque contra a ingerência norte-americana

Miséria mantida

Governo PT/Lula e o salário mínimo

As negociações em torno do reajuste do salário mínimo indicam que o valor ficará entre R\$234,00 e R\$240,00. O governo PT/Lula avalia que não tem condições de fixá-lo em R\$240,00, porque isso inviabiliza o seu programa de governo. E que a promessa era dobrar o salário até o término do mandato, o que não estaria ferindo suas promessas eleitorais. O governo petista manobra com o salário de fome para chegar aos R\$240,00.

Veja a que ponto chega um governo demagógico-populista: fala em acabar com a fome e impõe a miséria do salário mínimo. No Brasil, são mais de 14 milhões de trabalhadores que recebem somente o mínimo determinado pelo governo. A maioria dos aposentados sobrevive com apenas o mínimo fixado por lei.

Aqueles que se propõem a administrar o Estado burguês só podem pensar como capitalista. Elevar preço da força de trabalho implica reduzir os lucros, o que choca com os interesses da classe proprietária dos meios de produção, de seu Estado e, sobretudo, dos credores internacionais. Um salário mínimo necessário para a reprodução da força de trabalho atinge frontalmente a acumulação de capital. O governo de Lula já "optou" por não ferir os interesses do capital. Seguirá a orientação de manter o salário nas condições mais aviltantes.

É sobre a fome de milhões que a classe capitalista gerencia seus negócios.

Os parlamentares do PT mostram-se corrompidos

Os parlamentares são os que votarão o reajuste do salário mínimo. Mas bem antes da data de fixar o mínimo, os deputados e senadores reajustaram seus próprios salários. Os argumentos foram descarados: "o salário de deputado não dá para viver", "o auxílio moradia é pouco", "os gastos de passagens são altos" e outras mais vergonhosas como a do Ministro Berzoini que disse: "Esse salário é alto diante das diferenças salariais, mas pequeno diante das responsabilidades".

Com essa ladainha, um deputado passou a ter um fixo de R\$12.720,00. Mais o 13º, duas ajudas de custo de R\$12.720,00. Uma verba de gabinete no valor de R\$25.000,00. Duas convocações extraordinárias de R\$12.720,00. Um benefício de R\$7.000,00, correio e telefone R\$3.800,00 e moradia de R\$3.000,00. Os senadores têm tudo isso mais um acréscimo na verba de gabinete. São esses ladrões do dinheiro público que decidem a fome da maioria dos trabalhadores.

O governo do PT/Lula participou desse banquete. Os mi-

nistros, que em tese recebem um pouco menos, trataram de tomar posse como parlamentares para receberem os polpudos salários, maiores do que receberiam como ministros. Para aumentar ainda mais seus salários alguns ministros petistas participam de conselhos das estatais, recebendo mais um salário. Não houve protestos da chamada ala radical do PT contra seus próprios salários.

Está aí a razão da corrida infernal para arrancar os votos da população e transformar num parlamentar. Em pouco tempo, os parasitas do Estado se enriquecem e se aposentam com salários milionários. De costas para o povo, garantem o emprego por 4 anos (no mínimo) e legislam contra a vida das massas.

Os trabalhadores devem rechaçar o salário mínimo de fome Defender o salário mínimo real por meio da ação direta

A CUT e sindicatos vinculados à política do PT diziam que o salário mínimo não poderia ser inferior aos 100 dólares, o que equivaleria hoje a R\$380,00. Porém, nunca chegaram a fazer nada para conquistar os 100 dólares. Tratava-se de um jogo hipócrita para obter algumas quirelas a mais. Mas nem isso funcionou. O governo FHC fixou o mínimo sem qualquer resistência da Central e sindicatos. Com o governo PT/Lula, a situação ficou mais delicada ainda para a burocracia sindical. Como é abertamente colaboracionista desse governo, não poderá fazer nada que possa desabonar a orientação petista de impor um reajuste miserável.

O fato é que tudo foi reajustado. A cesta-básica para um trabalhador já consome 80% do valor do salário mínimo. Há produtos, como a carne que foram reajustados em quase 100%. O pão francês triplicou de preço. Os transportes e as tarifas públicas estão nas alturas. A inflação cresceu. E o governo pretende que o assalariado sobreviva com no máximo R\$240,00.

Que o governo, ministros, deputados, burocracia sindical e capitalistas experimentem viver com o salário mínimo. O burguês Ciro Gomes, ministro da Integração Nacional, já respondeu: "Com 6 mil (líquido) não consigo viver". Agora, o trabalhador pode viver com o salário mínimo.

A classe operária e demais explorados devem exigir que seus organismos calculem o salário mínimo real. E as assembleias votem o caminho da luta para de fato defender o necessário para a família trabalhadora. Nos nossos cálculos, o valor do salário real é de R\$2400,00 para manter uma família de 4 pessoas.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Primeiros passos do governo PT/Lula (III)

Estamos há um mês e meio de administração petista. A rigor, já não dá os primeiros passos, desdobra-os.

Os fundamentos da política econômica do governo já estão expostos: são os da exploração do trabalho, da acumulação capitalista, integração da economia semicolonial à ordem mundial imperialista e proteção do capital financeiro. Certamente, as medidas que daí decorrerão, nas condições de crise internacional e particularidades nacionais, refletirão as contradições de um governo que se pretendia nacional-desenvolvimentista e popular-reformista.

A face do novo governo não espelha os interesses nacionais, as necessidades da pequena produção, da pequena burguesia agrária e urbana e das massas assalariadas. Reflete as relações econômicas e políticas do grande capital, em detrimento dos pequenos e médios capitalistas e, sobretudo da classe operária.

A diretriz de governar amparado em um "pacto social" (agora substituído por concertação, que dá no mesmo) corresponde aos interesses da oligarquia capitalista dominante, que necessita de "paz social" para poder administrar as tendências da crise capitalista.

O enorme apoio eleitoral ao PT foi um presente indesejado à maior parte da burguesia. Indesejado ou não, o fato é que já não tinha em seus partidos orgânicos (PSDB, PMDB, PFL) um instrumento de apelo popular e de coesão interburguesa.

O PT ganhou força eleitoral em meio a uma situação contraditória. De um lado, as massas estavam descontentes com o "neoliberalismo" da coligação PSDB, PFL, PMDB e se deslocavam para a esquerda; de outro rachava a coligação sob o impasse do governo FHC, que ampliou a falência financeira do Estado. Apoiado nas ilusões das massas em solucionar seus problemas pela via eleitoral, o PT penetrou na rachadura da



burguesia, comprometeu-se com parte dela e ganhou apoio do capital mediante compromisso histórico (defesa do capitalismo) e de política econômica imediata frente à crise.

Almeja reunir o máximo de apoio do grande capital, valendo-se da autoridade popular, e manter as ilusões democráticas dos explorados por meio da política participativa das organizações operárias e camponesas na periferia do governo. Os últimos passos do PT/Lula continuam a indicar esse caminho.

Contenção orçamentária

Os ministros do Planejamento e da Fazenda decidiram fazer uma contenção nas despesas orçamentárias da União em 80%, equivalente a 14,5 bilhões de Reais. Esse valor fica bloqueado, podendo se tornar cortes definitivos, dependendo da arrecadação e despesas obrigatórias.

A medida objetiva assegurar que a nova meta do superávit primário de 4,25% do PIB, cerca de 70 bilhões de Reais, seja cumprida. É com esse superávit que o governo paga juros e amortizações da dívida pública. A possibilidade de cair a arrecadação existe, segundo parecer do próprio governo, o que significa que a contenção tem tudo para se tornar definitiva.

Todos os ministérios foram atingi-

dos, uns mais outros menos. O do Desenvolvimento Agrário foi gravado em 36,5%, se se configurar o corte, o plano minguaado de assentamento dos sem-terra ficará mais debilitado ainda. Os menores bloqueios foram na educação e saúde. Ocorre que essas áreas já recebem uma verba muito aquém das necessidades, embora compareçam com a maior fatia do orçamento disponível. Somados, atingem 31.912,4 bilhões. Contingenciados, serão 29.951,4 bilhões. Portanto, poderão perder 1.961,0 bilhão de Reais.

Notem que só o superávit primário alcançará cerca de 70 bilhões, para completar um montante de juros acima de 110 bilhões de Reais. Nesses números, temos o significado do compromisso do PT, exposto na "Carta aos Brasileiros", de manter os contratos com os credores e as metas definidas pelo FMI.

O governo FHC deixou o Tesouro quebrado e o país nas mãos do "mercado" (dos especuladores). A dívida líquida chegou a 56% do Produto Interno Bruto. O governo PT/Lula recebeu em silêncio a herança. Agora, denunciá-la, para justamente manter a mesma política de saque pró-imperialista e de retrocesso da economia semicolonial.

A esquerda do PT, que reclama de Palocci sempre soube da orientação da Carta aos Brasileiros, por isso o novo governo se diz coerente com o programa eleitoral do partido.

FMI está no Brasil para inspecionar as contas públicas

À porta da vitória eleitoral e com a Carta aos Brasileiros nas mãos, Lula se reuniu com FHC e representantes do FMI. Já se publicava a "necessidade" do Brasil ter um superávit primário de 5%. Somente assim o FMI faria um socorro de 30 bilhões de dólares, que evitaria a desestabilização violenta do Real e a declaração de quebra, como

houve na Argentina. Nas costas do povo, o PT/Lula concordou aumentar a meta.

Recentemente, a cúpula governamental esteve em Davos, Lula fez o discurso contra a fome, propôs um fundo internacional e uma nova ordem mundial mais justa. Mas, na bagagem, trouxe a decisão definitiva de elevar o superávit primário, que obrigaria contingenciamento de recursos.

Desfilaram no Palácio do Governo, representantes do Banco Mundial, do Banco Interamericano do Desenvolvimento, da FAO etc para elogiarem o Fome Zero e oferecerem empréstimos a programas "sociais". Pavimentado com flores o caminho das pedras, o governo anunciou a nova meta do superávit e a contenção orçamentária. Finalmente, chega o FMI.

Palocci propagandeia a mais nova idéia: o governo tomou tais decisões não devido ao acordo com o FMI, mas porque as condições da economia brasileira assim exigiram. Quer que o povo, que começa a saber o significado da dívida, do superá-

vit e dos contratos, não identifique o governo do PT como um agente da orientação pró-imperialista. Está de acordo com o capital financeiro, mas pretende desvincular o governo da mais odiada agência do grande capital.

O Banco Mundial pode se esconder por detrás do buquê de rosas, mas não o FMI.

Aqueles que prometeram durante 20 anos reformas democráticas e populares, uma vez no poder, agem opostamente e, para não ser identificados, manobram às costas dos explorados.

Conselho de capitalistas

Definitivamente, está composto o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do governo PT/Lula. Dos 82 nomes, metade é de empresários (41). Mas, na verdade, é mais da metade, contando o ministro da Indústria e parlamentares completamente identificados com os interesses do capital. Há ainda entre os acadêmicos e sindicalistas nomes que jamais levantarão um dedo contra a ordem

patronal. Acrescenta a eles ministros petistas, como Palocci.

O fundamental, no entanto, não é essa conta, considerando o fato que todos, sem exceção, são pró-capitalismo. Não poderia mesmo haver nenhum sindicalista revolucionário em um organismo de colaboração de classe e de sustentação de um governo que já tem comprometido sua gestão com a classe capitalista.

A reclamação dos sindicalistas quanto à representação desproporcional, feita por Paulinho da Força Sindical e pelo presidente da CUT João Felício, é para disfarçar a adesão pró-pacto e o fisiologismo estatizante da burocracia sindical.

A esquerda petista que reclama da composição ministerial, da manutenção da política monetária do Banco Central etc não faz campanha contra esse organismo. No entanto, está colocada a luta pela bandeira de nenhuma participação no conselho dos capitalistas e fora a concertação do governo PT/Lula.

PT, CUT e Governo

Os ministros petistas deixaram seus cargos de direção do Partido sob a alegação de que este não se confunde com o governo. Procurou-se dar a idéia de que o PT apóia e sustenta o governo Lula, mas resguarda sua independência. O mesmo exorta a direção da CUT e sindicatos, que têm total alinhamento ao lulismo. Na folha Tribuna Metalúrgica, Marinho correu a dizer aos operários que o sindicato metalúrgico do ABC está com o governo mas não é governo.

Há um argumento que os defensores da tese *estar com mas não ser* acham decisivo: o governo de Lula é uma coligação e é de todos brasileiros.

O PT comparece assim como parte de uma coligação e como representação de apenas uma parte da população. Não é, nesse sentido, governo. Como se nota, não se precisa de muita sagacidade para se ver a fraude. O PT é a coluna vertebral da coligação. É a partir dele que se constitui o governo. É governo. Deve responder por sua condução e pela aliança. A aliança se deve à política do PT, decidida integralmente pela posição majoritária

da Articulação e, em parte, pela minoria opositorista de esquerda.

Quanto à posição da direção da CUT e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a fraude está em que procuram mostrar independência, mas na realidade praticam a mesma política do PT, que o levou a constituir as alianças com demais partidos dos capitalistas.

A distinção pretendida entre apoiar o governo mas não ser governo serve a muitas causas da burocracia corrompida. Há uma delas que salta imediatamente aos olhos: os trabalhadores vão cobrar as promessas dos 10 milhões de empregos, de três refeições ao dia a todo brasileiro que passa fome, elevação do salário mínimo e reforma agrária que solucione de fato o problema da terra.

O governo PT/Lula está cumprindo o prometido ao grande capital e aos credores internacionais de manter os contratos e proteger os interesses dos monopólios. Mas quanto às promessas aos explorados não tem feito senão demagogia com o Fome Zero, meu Primeiro Emprego e caricatura de reforma

agrária.

Para a Previdência, que consta do contrato com o FMI, traçam-se cálculos e montam-se medidas de urgência. Para a reforma agrária, anuncia-se tímida desapropriação e obscuros assentamentos; não há projeto algum de reforma abrangente e imediata. Não é preciso falar sobre a solução do desemprego. Os milhões de desempregados terão de esperar a economia crescer, segundo a diretriz petista de abrir 10 milhões de postos de trabalho, o que não é nada provável. A sorte dos miseráveis desempregados depende de dar certo a política econômica que salva os banqueiros e afunda ainda mais o País.

E como ficarão o PT e a sua burocracia sindical? Querem deixar uma porta de saída em caso de incêndio. É assim que esperam manter o controle das organizações das massas e evitar a chegada de uma situação revolucionária. A política de colaboração de classe e de traição às necessidades mais prementes das massas comporta esse tipo de trama e trampa.

CUT, MST, CONTAG, CNTE, UNE e demais entidades sindicais devem denunciar o Conselho e não aceitar a participação

O argumento que a burocracia sindical, camponesa e estudantil estão dando para aceitar sua integração no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é que atuariam para defender os interesses dos explorados. Falseiam a verdade. Participam porque apoiam o governo do PT/Lula e defendem a tese burguesa da participação das organizações dos oprimidos no Estado burguês. São contrários à revolução social e combatem a luta de classe, direta ou indiretamente.

Tanto é que nenhum dos represen-

tantes convidados (a dedo) denunciou o objetivo burguês da "concertação" governamental.

Os trabalhadores e a juventude devem rechaçar o colaboracionismo desses falsos líderes. São traidores da causa dos explorados. A luta pela independência organizativa, política e ideológica da classe operária e todos oprimidos é de vida ou morte.

Não se trata de exagero do Partido Operário Revolucionário. Os perigos da colaboração de classe já foram demons-

trados profundamente na história. A colaboração leva ao esmagamento do proletariado e retarda a marcha da libertação dos explorados. Fora os burocratas vendidos! Nenhuma participação no Conselho da Fiesp, da Febraban, dos Delfins e de todos opressores do povo.

A tarefa consiste em defender as reivindicações das massas. Organizar a luta direta contra a classe capitalista. Pôr em pé uma frente única antiimperialista.

A crise interna do PT governo

A ausência da senadora Heloisa Helena na eleição de José Sarney para presidência do Senado compareceu como crise interna do PT. Os chamados radicais do PT estariam quebrando a centralização.

Segundo José Genoino, pode-se divergir, mas os parlamentares têm de se mostrar unidos na decisão de governo.

Houve ameaça de advertência pública, que poderia seguir de expulsão se Heloisa Helena não se comportasse bem. O mesmo valendo para o deputado João Batista de Araujo (Babá), que criticou o ministro Palocci. Por fim, ajustaram as coisas e a advertência não foi formalizada.

É preciso ligar à falta da senadora, que pertence à corrente mandelista Democracia Socialista (DS), a um acordo anterior. Na indicação de Meirelles para o Banco Central, Heloisa se opôs. Um problema para o governo Lula, já que a petista pertencia à comissão responsável por "sabatinar" o indicado.

Como seria? Se Heloisa acusou o indicado como homem dos banqueiros internacionais, como poderia se comportar? Foi feito um acordo: Heloisa faltaria no dia da sessão. A dita "radical" aceitou.

Na mesma situação, sua corrente (DS) recebeu o ministério do Desenvolvimento Agrário, que ficou a cargo de Miguel Rosseto. A medida objetivou acomodar a ala crítica. Igualmente ocorreu com a Força Socialista do deputado Ivan Valente e Articulação de Esquerda do deputado Iriny Lopes. A esquerda petista mostra que não só milita sob a guarda do reformismo como se integra ao governo bur-

guês de Lula, cuja orientação política tem se voltado para a proteção do capital financeiro e monopolista.

É claro que é do interesse da grande imprensa dar publicidade ao conflito dos parlamentares de esquerda com o caminho seguido pelo governo do PT/Lula.

No passado, a direção majoritária expulsou as correntes mais à esquerda, contando com apoio da DS, Força Socialista, O Trabalho, Articulação de Esquerda etc. É do interesse dos defensores de um PT sem ambigüidades que o expurgo seja completado ou então que a ala "radical" se adapte definitivamente à nova fase do PT governo.

Mas trata-se de uma impropriedade caracterizar a esquerda petista de marxista, leninista, trotskysta. São reformistas de esquerda, que conceberam e concebem transformações no Estado e na economia por meio de eleições e pelo parlamento, desde que o poder esteja nas mãos de um partido de esquerda popular.

O PT, finalmente, se constituiu nesse partido e se mostrou completamente adaptado aos interesses gerais da burguesia e à oligarquia dominante, a ponto de se apoiar na influência política dos Sarneys. Os "radicais" também foram se adaptando à máquina do Estado. A DS está profundamente enfronhada no governo do Rio Grande do Sul. Se não fosse essa experiência Rosseto não contaria com a confiança de Lula para ser ministro de uma das áreas mais conflituosas.

Os fatos deram os primeiros sinais de que o dirigente da DS e ministro está enquadrado pela política agrária de com-

bater a luta de classe no campo. Rosseto teve de enfrentar logo de início um teste: a tomada do secretário da Agricultura de Alagoas como refém pelos sem-terra. Condenou a ação dos camponeses do MST. Explicou que o governo procurará antecipar-se aos choques para que não haja ocupações e a crise social no campo vá gradualmente sendo resolvida pela via pacífica da negociação.

Tal posição é um artifício para combater a luta camponesa pela terra, que se choca com a propriedade latifundiária e com o Estado. Rosseto já a praticara no governo do Rio Grande do Sul, pondo em prática a política de assentamento a conta-gota. Está aí a comprovação nos fatos que essa esquerda não só não tem nada de marxista como age no sentido contrário da linha revolucionária da luta de classe.

A crise no interior do PT e do governo Lula é um pequeno embate da esquerda reformista que não se conforma com as medidas pró-imperialistas de seu "governo democrático e popular". Tudo indica que não terá maiores transcendências.

Os radicais esperneiam aqui e ali - já não esperneiam diante do escandaloso aumento nos soldos parlamentares, todos ficaram bem quietinhos - mas têm seu destino amarrado ao reformismo e ao aparelhismo do PT. Trata-se de radicais carreiristas, que não causarão mudanças na linha burguesa do PT.

Por ventura, se existem militantes sérios nas bases de tais correntes, terão de fazer profunda autocrítica para abraçar a causa do proletariado. A tarefa de construir o Partido Operário Revolucionário, marxis-

PSTU:

Abaixo-assinado pela auditoria da dívida externa é defesa do pagamento parcial

O PSTU tem se dedicado nos últimos dias a passar um abaixo-assinado que é apresentado como parte da campanha nacional contra a Alca. O abaixo-assinado reivindica três pontos: uma auditoria pública sobre a dívida externa, de acordo com a Constituição Federal, a anulação do acordo de cessão da Base de Alcântara aos EUA e a convocação de um plebiscito oficial sobre a Alca. Tem por argumentos os dois plebiscitos realizados (em 2000 e em 2002), e ainda se apóia na necessidade de “reforçar o voto popular que exigiu mudanças no país”.

O que é a auditoria

No plebiscito de 2000, apresentado como contrário à dívida externa, na verdade se exigia a auditoria da dívida. Essa sempre foi e é a posição da Igreja, um dos organizadores do plebiscito na época (através da CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil). A auditoria é a investigação da dívida externa, para avaliar o que é lícito e o que não é lícito na sua formação, com a finalidade de renegociá-la e pagar apenas aquilo que a auditoria comprovar legalidade. A essa posição o PSTU se submeteu no plebiscito de 2000. Na época, o POR atuou no plebiscito apontando que ele de fato não se colocava pelo não pagamento, e chamou a votar escrevendo na cédula “pelo não pagamento”, e não pela auditoria.

Hoje, o abaixo-assinado da campanha contra a Alca é encabeçado pela reivindicação de auditoria, e o PSTU não faz nenhum tipo de reparo quanto a isso, assumindo a bandeira como sua e fazendo campanha por

ela. Na prática, isso significa a renúncia da bandeira do não pagamento da dívida externa e o apoio à bandeira da auditoria, que é de pagamento parcial.

O plebiscito oficial

A reivindicação de um plebiscito oficial sobre a Alca é parte da política do PSTU em relação ao governo Lula. É acompanhada das bandeiras de salário mínimo de 100 dólares e “fora os capitalistas do pacto social, por um pacto de trabalhadores”. A chamada política de exigências do PSTU serve apenas como meio de pressionar o governo Lula para a esquerda (nem tanto assim, pois o mínimo de 100 dólares é defendido pelo ACM e pela Igreja), e para encontrar um meio de levar as mobilizações de massa a um caminho comum com o governo. Não opõem as massas ao governo e aos capitalistas. Servem apenas para o PSTU ocupar seu papel de ala esquerda e crítica da base de apoio ao governo Lula.

O combate contra a Alca tem a maior importância na situação atual. Esse combate só pode ser feito pelas massas mobilizadas, a partir das greves, ocupações, manifestações etc. Jamais um governo burguês será capaz de impedir a assinatura do acordo, porque expressa a classe dominante, a burguesia nacional submissa, a qual, por mais que critique e resmungue, assinará o acordo e se submeterá às imposições do imperialismo. Suponhamos que o governo Lula atenda ao PSTU e convoque o plebiscito. Ainda assim, jamais poderá confrontar o imperialismo, nunca se apoiará no plebiscito

para romper as negociações. Uma autêntica campanha contra a Alca, baseada nas mobilizações de massa, fatalmente se chocará contra o governo Lula.

Nova campanha do PSTU pelo voto em Lula

O PSTU chamou o voto em Lula no 2º turno das eleições passadas. Com o reparo de que ele deveria romper as alianças com a burguesia. Ainda que com essas alianças, que foram até Maluf e Delfim Netto, do PPB, o PSTU chamou o voto em Lula. Na verdade, o PSTU reforçou foram as ilusões das massas e as falsas expectativas de mudanças no novo governo, eleito com o aval do imperialismo e por essas mesmas alianças.

Agora, o PSTU repete a mesma política, piorada. O governo Lula foi eleito com promessas que criaram grandes expectativas: 10 milhões de empregos, reforma agrária e acabar com a fome. Não foi eleito prometendo uma auditoria da dívida, um plebiscito sobre a Alca nem a devolução da Base de Alcântara. Atribuir a esse governo que ele tenha sido eleito gerando expectativas quanto a essas questões é falsificação.

O fato é que o PSTU, em suas tentativas de puxar o governo Lula para a esquerda, pressionando-o e procurando desviar as lutas de massa para essa pressão, acaba reformulando suas próprias bandeiras, adaptando-as e se adaptando aos setores que julga passíveis de serem seus aliados nessa empreitada. No final das contas, acaba seguindo-os, incorporando suas políticas e assumindo posições de conciliação de classe, ou claramente reformistas.

Rondônia

Desemprego, parcelamento dos salários atrasados e falta de recursos à educação

O governador do PSDB, Ivo Cassol, alega que não tem recursos para pagar as faixas salariais em atraso. Disse que irá fazer de forma parcelada. E que não poderia exceder a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, argumentou que os servidores públicos receberão de uma só vez o pagamento dentro do mês trabalhado e os resíduos ficarão para depois.

Ivo Cassol seguirá a linha política de José Bianco (PFL). Os salários dos funcionários públicos permanecerão limitados pela LRF. Esta lei foi criada para obrigar os Estados a pagarem as dívidas com os credores e com a União. Os servidores amargarão o arrocho salarial, porque não se prevê reajustes salariais no orçamento do Estado. O pagamento a conta-gotas dos resíduos é mais um ataque às condições de vida dos servidores, pois com a elevação dos preços dos produtos e das tarifas já levaram embora a esmola que será paga de forma parcelada.

É tarefa dos sindicatos a organização da luta pelo pagamento imediato dos atrasados e pelo reajuste dos salários. Somente com a convocação de assembleia, a aprovação da via da resistência coletiva e a unidade dos servidores será possível enfrentar o governo recém-eleito. A divisão do movimento e as negociações por cima, feitas pela burocracia sindical, já mostraram seu fracasso. A conquista das reivindicações depende da luta unitária e de rua para barrar a ofensiva de Ivo Cassol contra os servidores públicos.

Cresce o desemprego e o desespero da juventude

Os dados mostram o crescimento do desemprego de mais de 200% se comparado ao mês anterior. Os "bicos" de final de ano terminaram e uma parcela enorme de trabalhadores volta para as filas dos desempregados. No mês de janeiro, os donos de lojas com a



redução do consumo demitiram os que contrataram para cobrir as festas de final de ano.

A fila de jovens à procura de emprego tem crescido. Esbarram com as exigências patronais de "carteira assinada, experiência e idade". Os depoimentos da juventude são os mesmos: "estou procurando qualquer coisa...mas o problema é que eu nunca trabalhei".

Aqueles que estão na idade exigida pelos capitalistas, têm pela frente a barreira da carteira de trabalho em branco. Os que têm carteira, são considerados velhos pelos patrões que estipulam o limite dos 30 anos. E quando têm carteira demonstrando experiência e estão com a idade exigida, esbarram na falta de "qualificação". Como se vê, o problema está na falta de emprego.

O desemprego atinge a família trabalhadora, que se desintegra. O aumento da violência marginal em Porto Velho tem como causa o crescimento das demissões e a impossibilidade do jovem de conseguir um trabalho.

A luta contra o desemprego deve fazer parte do movimento geral de todos os trabalhadores. A constituição dos comitês de desempregados nos bairros, a exigência de que os sindicatos tomem à frente e a organização da juventude pelo emprego e acesso à es-

cola são medidas para se contraporem ao governo e a burguesia, que destroem os postos de trabalho.

Unidade dos estudantes na defesa do passe livre

O passe livre ao transporte coletivo é uma reivindicação fundamental do movimento estudantil. O governo e os patrões querem criar obstáculos para não conceder esse direito democrático aos alunos. Não há necessidade de "carteirinha específica", a partir da "sondagem" dos estudantes que necessitam do passe, ou que só possa ser utilizada no horário de estudo. Isso é criar mecanismos para inviabilizar o passe-livre.

Os estudantes que estudam na escola pública são filhos de trabalhadores que padecem com o desemprego, com os baixos salários e nas condições mais precárias (sem nenhuma garantia trabalhista). Esses necessitam do passe-livre.

A conquista do passe-livre, sem nenhum entrave, passa pela organização dos estudantes. A convocação para a luta unitária contra o governo e os empresários dos transportes deve ser o nosso caminho. Soma-se à reivindicação do passe-livre a defesa do trabalho a todos os jovens, combinada com a escola. Ou seja, 4 horas no trabalho e o restante na escola.

III ENEP - Encontro das universidades estaduais do Paraná

Nem regulamentação nem auto-aplicabilidade. A autonomia é o governo direto da comunidade universitária

O debate sobre autonomia universitária tem-se limitado ao aspecto jurídico da questão. A alta cúpula da universidade restringe deliberadamente o debate com a intenção de reforçar o seu poder dentro das IES. Às administrações interessa confundir a autonomia universitária com a autonomia da burocracia universitária, tornando-as sinônimos e deslocando o verdadeiro conteúdo da autonomia, que significa a maior independência política da comunidade universitária das pressões e ingerências dos governos e do capital.

No movimento, tem-se confrontado até hoje duas posturas: uma postula a regulamentação do art. 207 da Constituição Federal; a outra, defende a auto-aplicabilidade do preceito constitucional, opondo-se à regulamentação do mesmo. A primeira é francamente anti-autonomista, mas, a tese da auto-aplicabilidade também acaba agindo contra a autonomia porque desarma o movimento para combater a regulamentação, escondendo que o Estado vem cerceando por diversos meios o auto-governo da universidade.

A tese da auto-aplicabilidade, que até hoje serviu para resistir a uma explícita e completa regulamentação, mostra-se impotente para deter a avalanche regulacionista do Estado, obrigado a limitar e destruir o que sobra de autonomia, cerceando principalmente a democracia universitária, intervindo maciçamente na gestão das questões acadêmicas e científicas, além de ingerir no governo das Universidades, como se viu no episódio da nomeação do reitor da UFRJ por FHC.

Mas, além da impotência da tese da auto-aplicabilidade, é necessário apontar que ela de fato se assenta numa premissa falsa: a de que o Estado Burguês (ou seja, a Constituição com seu famoso art. 207) garantiria a autonomia de uma corporação perante o próprio Estado Burguês. Pois, bem entendido, a autonomia só pode ser diante do Estado, ou seja, do Executivo, que é a essência do Estado. É uma ilusão imaginar que o aparato que garante a dominação da burguesia sobre o povo possa garantir, ao mesmo tempo, autonomia para que a universidade se auto-governe, deixando aberta a possibilidade - mesmo que hipotética - desta instituição vir a ser dirigida por setores opostos à burguesia. O Estado burguês só garante a autonomia do capital, ou seja, as condições para que este explore a força

de trabalho.

Rigorosamente falando, não existe autonomia universitária no Brasil e nunca existiu. Desde o seu surgimento, sempre foi uma dependência do governo. Reconhecer esta condição é o primeiro passo para se lutar pela efetiva autonomia universitária.

A universidade e o sistema educacional são reflexos das relações econômico-sociais que estão na base da sociedade. É, desse ponto de vista, um fenômeno superestrutural, que expressa o grau de desenvolvimento da sociedade e as relações de poder nela predominantes. As universidades foram, no passado, importantes fatores de avanço das relações de produção capitalistas, um meio para emancipação dos preconceitos clerical-obscurantistas da idade média e desenvolvimento de uma compreensão científica da natureza, necessária para desenvolver a técnica e a produção industrial capitalistas.

Nos países atrasados da América Latina, porém, as universidades já nasceram pela iniciativa dos estados coloniais e/ou semicoloniais (o caso do Brasil) e atreladas a uma lógica econômica em que pouco ou nada podiam contribuir para a emancipação destes países. Não porque não fossem capazes de produzir conhecimentos e fundamentar uma cultura nacional, mas porque nestes países são impedidas pela ausência de uma vontade de efetiva soberania e desenvolvimento autônomo. Tal limitação reflete a incapacidade das burguesias nacionais latino-americanas encabeçarem qualquer luta conseqüente contra a dominação imperialista. Elas já nasceram castradas e atreladas ao grande capital imperialista e dependem dessa subordinação para manter sua condição privilegiada. A ruptura desta dominação está completamente fora do programa das burguesias porque o enfrentamento significaria armar as massas oprimidas para lutar contra o imperialismo, e se o fizessem, o povo não se limitaria a lutar apenas contra o imperialismo, mas contra toda dominação.

O controle da universidade pelo estado burguês significa o controle das frações oligárquicas que dirigem o país com as finalidades de mantê-lo atrelado na órbita imperialista. A forma desse controle é a mesma em que se organiza o Estado, incluído, em alguns momentos, as formalidades

democráticas (eleições ou consultas, conselhos etc.). As consultas (quando são realizadas) não passam de formalidades, uma vez que se mantém o poder dos Governadores e do Presidente da República nomear e destituir os reitores (a cúpula da burocracia universitária). O novo ministro da Educação, Cristovam Buarque, já anunciou que não irá acabar com a lista tríplice, um mecanismo anti-democrático que impede que a comunidade universitária eleja seus representantes. Mas afirma que sempre irá empossar o primeiro da lista. O governador Roberto Requião também expressa a mesma opinião demagógica, mas é importante lembrar que, em 1992, não respeitou a decisão da comunidade da União, e nomeou um reitor que não foi o mais votado, ou seja, nomeou um interventor.

A estrutura política da universidade brasileira não tem nada de democrática. Nela impera a força do Estado, a ingerência do ministério de educação, do clero e do grande capital. A composição dos órgãos dirigentes reflete esta situação, pois nela predomina uma camada minoritária de docentes, profissionais que pela sua condição social estão mais próximos dos grupos de poder e dos negócios que podem se fazer com dinheiro públicos, ou em convênios com empresas particulares. Servidores técnicos administrativos graduados constituem uma "segunda linha" na burocracia universitária, porém com muito menos poder de decisão. Os demais servidores funcionam como a "tropa" que faz o sistema funcionar.

A burocracia universitária é o braço do Estado e dos grupos dominantes dentro do Estado e o seu interesse prioritário é o de se manter na condição dirigente pelas vantagens que tal situação lhe proporciona: poder de influência política, negócios dos mais variados tipos etc. De acordo com esta finalidade essencial, os grupos que conseguem capturar o controle da estrutura desenvolvem diversas políticas para reforçar o seu controle e se manter nele.

Até grupos auto-intitulados "democráticos e populares" como o PT, quando chegam ao poder na Universidade, comportam-se coerentemente como burocracias tal qual ocorre quando chegam ao poder do estado burguês. Estes, além de disputar maiores espaços de poder próprios, comportam-se como representantes do

Estado. Toda a armação jurídico-institucional que sustenta a burocracia delimita os canais por onde passa o processo de gestão das universidades. No caso do PT, apesar da retórica que o caracterizava (de propor reformas no sentido de “democratizar” ou “desprivatizar” o Estado), sua prática tem sido no sentido oposto, concentrando o poder em suas mãos e comportando-se como legítimos representantes do capital. Por isso, em nome da “legalidade”, da “instituição” ou de qualquer outra coisa, acabam inevitavelmente reforçando o caráter centralizado e autoritário do governo da universidade.

Pelo governo direto da comunidade universitária!

A luta pela autonomia só pode ser, portanto, a luta pela eliminação do poder da burocracia universitária e, conseqüente conquista do poder de decisão pelo conjunto da comunidade. No interior desta comunidade, o setor mais sensível à defesa da democracia interna é o dos estudantes, pois o vínculo destes com a universidade não é mediado pelo emprego e nem pelas perspectivas de negócios, mas pela formação e o conhecimento, sobretudo pela capacidade social de responder ao domínio da burguesia juntamente com a classe operária. Ao mesmo tempo é constituído por pessoas que estão em fase de formação de sua consciência política. Mas isso não quer dizer que não exista um amplo contingente de docentes e funcionários que também estejam interessados na real democracia universitária. E não apenas por causa de suas convicções políticas, mas, devido ao inevitável caráter centralizado e excludente da gestão universitária nos moldes atuais, que privilegia determinados grupos, do ponto de vista dos vencimentos e até do acesso às condições de trabalho. Na verdade, a democratização do governo universitário interessa à maioria dos docentes e funcionários que estão aliados das decisões.

São elementos imprescindíveis para democratizar a Universidade: a eleição direta, o voto universal, o co-governo estudantil-docente-funcionários, a revogabilidade dos mandatos e a Assembléia Universitária.

Com eleição direta, o processo eleitoral se inicia e termina dentro da universidade, sem que haja a necessidade de pedir a “benção” do poder executivo. O voto universal obedece ao princípio de cada ho-

mem, um voto. Uma das barreiras ao voto universal é a estrutura de poder da Universidade, conferida pelo Estado, em que há o domínio hegemônico dos professores e da burocracia. Para se esconder essa verticalização estatal, os estudantes são considerados incapazes para decidir os destinos da universidade. Aos funcionários, se reconhece alguma capacidade, porém, nunca em igualdade de condições dos docentes. O argumento de que os estudantes estão de passagem mostra-se falacioso diante da restrição que se impõe também aos funcionários, pois estes, que também seriam “permanentes” como os docentes, não têm os mesmos direitos. O outro pseudo-argumento de que os estudantes “não estão comprometidos” com a instituição não passa de um preconceito, além de ser inútil, pois descompromissados com as universidades encontram-se em todos os segmentos. Todos membros da comunidade universitária devem participar igualmente das decisões internas. Baseado nisso, propomos também o co-governo de docentes, estudantes e funcionários, para que não haja essa hierarquia que existe hoje, na qual a direção da universidade é praticamente exclusiva dos docentes.

Todos os representantes eleitos devem responder à comunidade universitária, que deve ter sua máxima expressão na Assembléia Universitária. E, sendo assim, a comunidade que elege o representante pode revogar seu mandato se não se sentir plenamente representada, evitando assim que a função de representação seja deturpada.

Nossas bandeiras:

- a. Eleição direta!
- b. Voto Universal!
- c. Co-governo estudantil-docente-funcionários!
- d. Assembléia Universitária!
- e. Revogabilidade dos mandatos!
- f. Autonomia perante o Estado!

O acesso irrestrito, com o fim do vestibular, é necessário para a garantia da autonomia

Também é muito importante, na luta pela Autonomia Universitária, a defesa do acesso irrestrito à universidade e a clareza sobre o que se defende quanto à “relação universidade-sociedade”.

O acesso ao Ensino Superior Público brasileiro é restrito a uma pequena parcela da população. Nos níveis fundamental e médio, há maior porcentagem de jovens na escola, mas os currículos das escolas públi-

cas estão defasados, os professores não possuem qualificação ou estímulo para dar aulas e faltam recursos para o custeio das instituições.

Para se defender a democratização do ensino, ou seja, um acesso irrestrito a ele, deve-se falar de instituições públicas e gratuitas que recebam integralmente seus recursos do Estado e que tenham condições de atender a todas as necessidades dos jovens que queiram ingressar nestas universidades.

Durante os últimos governos, difundiu-se largamente a idéia de que, para democratizar o acesso ao ensino superior, deve-se incentivar a proliferação de faculdades privadas e cursos à distância, mas esta é uma idéia que só se difunde por conta de interesses de mercado.

O argumento da importância histórica e quantitativa do ensino privado, apresentado como essencial para o processo de democratização do ensino é contraditório, pois as privadas em vez de dar maior opção (como é alardeado) garantem a manutenção da falta de opção, uma vez que, para favorecer a proliferação do ensino privado, o governo tem de sucatear cada vez mais o público e restringir ao mínimo o acesso a ele, pois ninguém cursa uma faculdade privada se puder entrar e se manter em uma boa instituição pública e gratuita. Assim, a educação superior tende a se restringir a quem pode pagar por ela, com raras exceções.

As políticas públicas dos últimos governos têm propiciado a exclusão de amplos setores da juventude do direito à educação e favorecido a expansão do sistema particular. O governo Lula demonstra que vai continuar no mesmo caminho. Propostas como a bolsa-escola, a Universidade Solidária, reserva de vagas na universidade e crédito educativo mantêm, ao invés de alterar, as relações sociais, visto que uma família sempre dependerá da bolsa-escola; a reserva de vagas não engloba alteração do ensino fundamental, onde hoje em dia, um estudante pode chegar a oitava série sem saber ler, reforçando o preconceito e a discriminação das parcelas socialmente oprimidas da sociedade. A reserva de vagas não passa de um tapa-buraco pseudodemocrático reforçador da exclusão, uma proposta assistencialista, uma espécie de “favor” das classes dominantes para os negros, os índios, os pobres etc.

Contrapondo-se a estas propostas enganosas, o movimento deve defender o acesso irrestrito ao Ensino Superior Público por meio do financiamento integral da universidade pelo Estado e do fim do vestibular, pois esta é a condição para a auto-

nomia plena das universidades. O governo tem realizado uma ofensiva contra o ensino público gratuito para favorecer o crescimento do ensino pago, que transforma a educação numa mercadoria que poucos podem adquirir. Os vestibulares são máquinas de exclusão dos estudantes ao direito elementar do ensino gratuito e atendem a interesses de outros bandos capitalistas, os donos de cursinhos pré-vestibulares. A defesa do ensino para todos depende da expropriação das escolas privadas, sob controle da comunidade universitária. O fim do ensino pago permitirá acabar com os vestibulares e garantir o livre acesso de todos ao ensino superior. A existência do ensino único (somente público) acabará com a mercantilização da educação.

As propostas de "Crédito educativo e redução de mensalidades" são demagógicas e inúteis. Demagógica, porque buscam o apoio despolitizado dos estudantes das particulares. Inútil, porque não resolve a inadimplência, pois sempre haverá uma parte dos estudantes sendo expulsa por não poder pagar mensalidades. Estas propostas (Crédito educativo e redução de mensalidades) induzem adoção de saídas individuais (cada um por si) e significam a renúncia à luta política para elevar esses universitários à defesa da universidade enquanto interesse nacional, e não apenas como passaporte para o seu diploma.

A luta pela autonomia se combina inevitavelmente com a reivindicação de Ensino Superior Público para todos, o que é impossível sem a completa estatização do sistema particular de ensino.

Freqüentemente, a defesa da autonomia plena da universidade é atacada com o argumento de que não queremos que ela preste contas "à sociedade que a sustenta". Mas o que se entende por "prestação de contas à sociedade" é direito dos burocratas do governo ficarem metendo o bedelho e mandando no interior da universidade o tempo todo. Confundem "a sociedade" com o Estado, escamoteando que o Estado não é o representante de toda a sociedade mas o organismo de opressão da maioria trabalhadora pela minoria exploradora. O funil do vestibular, expressão do caráter restrito do acesso ao ensino superior, reforça o poder da burocracia universitária, pois consagra o espaço da universidade como a casa dos "mais capazes" dos "melhores" e dos "vencedores". A universidade como algo separado da sociedade. Ao contrário, o acesso irrestrito, ampliará a base social da universidade, aumentando a presença dos jovens trabalhadores e elevando o debate político em que deve se envolver toda a juventude.

Hoje o que há é uma super-representação da parcela dominante, de modo que vemos as universidades servirem de trampolim para políticos de carreira, departamentos ligados organicamente a professores-candidatos, cobrança das empresas sobre as áreas tecnológicas chegando até a indicação de cargos de confiança externos à vida acadêmica.

Nossas Bandeiras:

a. Ensino Fundamental e Médio para todos,

b. Fim do vestibular com condições reais de acesso e permanência no Ensino Superior Público para todos os que concluírem o Ensino Médio,

c. Sistema Único de Ensino Superior integralmente financiado pelo Estado com a estatização do sistema privado,

d. Não a propostas ilusórias, como CREDUC, cotas, Bolsa-escola e Universidade Solidária.

Ciência e Tecnologia

O movimento deve discutir C&T porque é um tema essencialmente político, pois se vincula à condição de subordinação em que o país está colocado com relação às grandes potências. Deste ponto de vista, é um assunto que interessa ao conjunto da classe trabalhadora e à juventude e não apenas aos universitários ou ao seletivo grupo de pesquisadores.

No último período, a política predominante tem sido a de orientação neoliberal, cuja ilustração mais clara foi dada pelo ex-ministro de educação, Professor Paulo Renato de Souza, segundo o qual a universidade brasileira não precisa desenvolver aquilo que pode ser comprado no mercado internacional. Esta tese se opõe a outra que teve vigência no auge do período nacional-desenvolvimentista e que afirmava a possibilidade do Brasil conseguir o seu desenvolvimento científico tecnológico pleno e soberano, permitindo superar deste modo as relações de subordinação internacional em que se encontra.

A C&T são parte das forças produtivas, e estas vêm sendo destruídas pela impossibilidade de sua plena aplicação nos processos produtivos, impossibilidade que decorre do estreitamento dos mercados e queda das taxas de lucro. O mesmo fenômeno que, em essência, empurra o imperialismo americano às guerras genocidas. Neste quadro, o progresso da C&T num país atrasado e semicolonial, como o Brasil, se choca contra a política imperialista, que é de domínio colonialista, destruição e

retrocesso das forças produtivas.

É necessário ter consciência do bloqueio imposto pelas grandes potências aos países oprimidos que necessitam ter acesso ao conhecimento tecnológico. A partir disso, vincular o esforço pelo desenvolvimento da C&T à luta contra a dominação imperialista. Do contrário, estaremos reforçando a ilusão de que as pesquisas realizadas nas condições atuais podem ser suficientes para tirar o país do atraso.

O Estado Nacional até hoje tem servido muito mais para reforçar o atraso científico e tecnológico, principalmente nos últimos governos. A manipulação dos recursos que o Estado destina ao desenvolvimento de ciência e tecnologia serve para favorecer setores que interessam ao grande capital. E a própria gestão destes recursos é feita de modo a ser controlada pelos agentes vinculados ao capital: fundos setoriais, fundações etc. Ao mesmo tempo e de maneira complementar, as universidades públicas, responsáveis pelo grosso da pesquisa científica e tecnológica, desmontadas, sucateadas e destruídas pelo Estado. Em síntese, o Estado socava a possibilidade de se desenvolver uma ciência e tecnologias nacionais.

É neste contexto que defendemos a necessidade do Estado custear integralmente as universidades públicas para o desenvolvimento de todas as suas funções, incluídas a pesquisa científica e tecnológica. É no âmbito das universidades públicas que se deve desenvolver estes trabalhos e as decisões pela divisão dos recursos realizada de maneira democrática, coletiva e transparente com a participação de toda comunidade universitária. É nas universidades onde a realização das pesquisas se funde com o debate político sobre a condição de dominação que é preciso romper.

O fundamental da produção do conhecimento está na separação entre o sistema de ensino geral e a produção social. O sistema capitalista de exploração, com sua divisão social do trabalho, cria um abismo entre o ensino e as forças intelectuais da produção que se acham materializadas no funcionamento da economia e estão sob o total controle do capital. A capacidade coletiva de produção se encontra em contradição com a necessidade de desenvolver a capacidade coletiva do conhecimento no processo de criação dos bens materiais. A exploração do trabalho mutila a capacidade da maioria da população, separando o trabalho manual e o intelectual; da teoria e da prática. A universidade reproduz essa divisão. Assim, a luta pelo conhecimento científico está na razão direta de superar a divisão social capitalista do trabalho. Isso implica transformações profundas na economia, o que significa colo-

cá-la sob a direção de quem produz. Essa é a condição para o sistema de ensino vincular-se à produção social.

Conseqüentemente, com esta formulação, defendemos o fim imediato da Fundação Araucária e do Paraná Tecnologia, pois são organismos que permitem precisamente a manipulação e favorecimento dos grupos de interesses há tempos enquistados no Estado do Paraná. Defendemos o repasse dos recursos assegurados pelo artigo 205 da Constituição Estadual diretamente para as Universidades Públicas Estaduais, para aplicação exclusiva em desenvolvimento científico e tecnológico.

O que está por trás da inclusão do tema no ENEP

Porque a juventude deve ser socialista

1. O regime capitalista não pode trazer nada de bom para a juventude. O mesmo dizemos para o conjunto da população trabalhadora. A exploração do trabalho e a acumulação de capital (propriedade privada dos meios de produção) geram concentração de riquezas nas mãos de uma minoria burguesa e pobreza, miséria, para a maioria explorada. Faz parte do funcionamento econômico capitalista o esmagamento constante das condições de vida das massas. Estas criam toda a riqueza vendendo sua força de trabalho. Os capitalistas, que são donos dos meios de produção (fábricas, máquinas, terras, matérias-primas), se apropriam da riqueza produzida e pagam para a classe operária um salário que mal dá para sobreviver. Milhões estão obrigados a passar com um salário mínimo, que mal dá para comprar a cesta-básica de um trabalhador. Milhões não têm emprego. Está aí por que se estima que 50 milhões de brasileiros vivem abaixo da pobreza absoluta, que significa passar fome e morrer cedo. O capitalismo mata de fome crianças, adultos e velhos. A juventude trabalhadora é parte dessa situação.

2. O capitalismo chegou ao auge do desenvolvimento tecnológico. No entanto, as maravilhas da tecnologia não trazem o fim da miséria da maioria e não amenizam sequer o saque das potências imperialistas contra as nações atrasadas (semicolônias). Pelo contrário, os surtos de inovação provocam destruição de postos de trabalho e potencializam a superprodução. O

Ao contrário das propostas acima formuladas, o que se percebe em parte do nosso movimento estadual é que o debate sobre Ciência e Tecnologia se limita a fazer pressão sobre o governo do Estado para ampliar os recursos da Fundação Araucária ou de estrutura semelhante (frequentemente se defende o modelo tecnocrático da FAPESP para o Paraná). Com Araucária ou sem Araucária, imagina-se que o problema da ciência e tecnologia se resolve dando mais recursos aos grupos de pesquisadores atuantes.

Anula-se o caráter político do debate e limita-se a defesa de um pequeno grupo de pesquisadores, daqueles que de alguma forma hoje já têm acesso a algum recurso.

O III Enep não pode concordar com a manipulação de seus objetivos. A finalida-

de do nosso movimento é a defesa do direito à educação pública e gratuita e defesa da autonomia universitária entendendo tratar-se de uma bandeira democrática que interessa ao conjunto da classe trabalhadora.

Nossas bandeiras:

a. Pelo fim da Fundação Araucária e Paraná tecnologia com imediata transferência dos recursos para as universidades públicas do Paraná

b. Financiamento integral das universidades públicas e gestão democrática dos recursos.

c. Por uma universidade vinculada à produção social

desemprego mundial se agiganta, os salários rebaixam, precarizam as relações de trabalho e as potências se tornam mais saqueadoras. Resultam, portanto, em mais opressão social e opressão nacional. A juventude sofre na carne o desemprego tecnológico. A burguesia falseia com o argumento de que o aumento da produtividade alcançada com as novas tecnologias criará as condições para um futuro melhor às novas gerações. Na realidade, intensifica-se a exploração e aumenta a concentração monopolista do capital. Falseia também com a propaganda de que o desemprego se deve a que as novas tecnologias exigem novas qualificações. Assim a solução apresentada é qualificar a mão-de-obra jovem e requalificar a adulta. O que verificamos, no entanto, é que sobra mão-de-obra qualificada e que não há interesse real da burguesia em qualificar um número ainda maior, basta ver a decadência geral do sistema de ensino. A tecnologia como forma de capital só pode ser utilizada como meio de intensificação da exploração do trabalho e, conseqüentemente, de eliminação de emprego. Serve também para aumentar o poderio das multinacionais e das potências que arrancam riquezas no mundo inteiro. A juventude se depara com o capitalismo em decomposição e com a campanha de que lhe falta qualificação e experiência. A maioria das novas gerações não terá outro futuro, no capitalismo, senão a fome e a miséria.

3. A exploração do trabalho traz conseqüências particulares para a juventude. Começamos por destacar o desemprego, o emprego sacrificante, os baixos salários e as dificuldades de estudo. A juventude é um momento da vida em que a capacidade

produtiva se manifesta. Essa capacidade combina as potencialidades mentais (intelectuais) e físicas. O que coloca para os jovens a combinação do trabalho intelectual e manual, ou seja, teórico e prático. Esse momento da vida implica incorporar a juventude na produção social e num novo momento de aprendizado escolar. A continuidade do desenvolvimento das capacidades intelectuais, que têm início na infância, depende do vínculo com produção social. Mas o capitalismo impossibilita a unidade entre a teoria e a prática, entre a educação e a produção social. Mutila as capacidades dos jovens. Incorpora uma parte como mão de obra barata e a submete a uma intensa exploração. Assim, impõe aos jovens uma situação oposta às necessidades de ensino. Esgota e mutila suas capacidades. Uma outra parcela é marginalizada do processo produtivo. Não tem emprego. Por esse meio, também é mutilada.

4. Cresce a desintegração de uma ampla camada da juventude que desde cedo é golpeada pela miséria de sua família. Concentra-se nos bairros, favelas e cortiços que refletem as conseqüências sociais da exploração do trabalho e do desemprego. Parte dela é empurrada para a "marginalidade". O que mostra o bloqueio da sua capacidade produtiva e intelectual. O capitalismo a impossibilita de acesso à produção social e a afasta da escola. A miséria se transforma em criminalidade. A esse contingente cada vez maior, a burguesia e seu Estado têm como resposta a violência policial e judiciária. O aumento da criminalidade entre a juventude aumenta os assassinatos de jovens. As chamadas instituições de recuperação, reeduca-

ção, reintegração social, como a Febem, na verdade reproduzem a opressão. A barbárie da Febem retrata a barbárie do capitalismo.

5. Está presente a opressão racial contra a juventude negra, que constitui a maioria nos bairros pobres. Acresce a isso a discriminação burguesa aos migrantes nordestinos e seus filhos. A opressão racial e discriminações são continuidade da opressão de classe. Os jovens negros recebem o maior impacto da sociedade de classe. As raízes históricas da escravidão colonialista continuam a se projetar no capitalismo de nossos dias. Por mais que o Estado e seus tentáculos, como a escola, Igreja, Ongs, procurem amenizar a opressão racial e os preconceitos discriminatórios contra as camadas mais pobres, o fato é que essas formas de opressão são mantidas. A escola e as Igrejas procuram disfarçá-las por meio de propaganda ideológica. Mas perante o trabalho se manifestam, provocando seleção, diferenciações salariais etc. E perante à repressão do Estado, os negros e nordestinos são alvo de todas as arbitrariedades. A burguesia, seus governantes e suas instituições promovem a ideologia da igualdade e justiça. Mas, na vida econômica e nas relações sociais concretas, o capitalismo reproduz toda sorte de opressão racial e de discriminação social. A ideologia de igualdade racial do capitalismo não corresponde às relações econômicas e sociais.

6. Ao mesmo tempo em que se aplica a lei das armas contra esses milhares de jovens, o Estado desenvolve ações hipócritas que vão do assistencialismo ao culturalismo burguês, disfarçado de popular. A religião também é utilizada para conter a revolta da juventude oprimida. O Estado e Igrejas atuam em conjunto para canalizar ideologicamente a juventude, obscurecendo a raiz capitalista da miséria e da opressão social. Procura-se desenvolver valores de adaptação da juventude como força produtiva a ser explorada. O conformismo, o pacifismo e a religiosidade são largamente cultivados pelas instituições que se encontram penetradas nos bairros populares. A escola sintetiza a ação do Estado e das religiões, disseminando tais valores contrários à luta de classe e a toda forma de revolta oposta à opressão capitalista. As constantes campanhas pela "paz", contra a violência, pela "cidadania", pelo trabalho voluntário e de incentivo à cultura enlata-da são trazidas de fora para dentro dos bairros operários. Atuam sobre os jovens e suas famílias com a idéia de que terão uma vida melhor no futuro. Impedem aos oprimidos compreenderem que a miséria e a

violência são duas faces da exploração do trabalho. Objetivam esconder o inimigo dos explorados, que é a classe burguesa. Assim, a paz apregoada é a paz da submissão dos oprimidos aos opressores. Tudo que se referir à organização revolucionária da juventude contra o capitalismo é combatido por um conjunto de instituições, financiadas pelos exploradores.

7. A capacidade produtiva latente e a energia criadora da juventude, ao serem bloqueadas e sofrerem mutilações, se convertem em revolta. Na maior parte das vezes, a revolta se expressa como reações individuais e, quando coletivas, são despolitizadas. Mas o importante é que expressam o instinto de revolta contra a opressão vivida. Não se conformam com a miséria, o desemprego, a discriminação, repressão policial e as perseguições. Essas manifestações de rebeldia, tidas como criminosas pela ordem burguesa, são combatidas pela repressão e pela catequese ideológica. A burguesia age no sentido de esvaziar o conteúdo social que está por trás das revoltas instintivas dos jovens. São tratadas como desajustes da juventude que não se esforça por superar sua condição social, de forma a se incorporar ao trabalho, escola etc. Ao contrário, o instinto de revolta, que se manifesta de maneira caótica e deformada, demonstra que a juventude não aceita passivamente a agressão e violência com que a sociedade de classe atua sobre suas vidas. O problema está em superar o caráter individual e anárquico da contestação. É preciso transformar a revolta instintiva em consciência de classe.

8. A grande maioria da juventude compõe as classes sociais oprimidas, ou seja, a classe operária, a camponesa e a classe média urbana. Constituem a nova geração de força de trabalho a ser explorada pela classe capitalista. Uma parte é incorporada ao trabalho e outra se soma ao exército de desempregados. A sociedade burguesa não tem como superar suas contradições econômicas, que levam em um pólo o aumento da concentração de riquezas e em um outro o da miséria. O futuro da maior parte das novas forças de trabalho é de sacrifício. De geração em geração, o capitalismo em decadência reserva a seus novos integrantes maior violência. Está aí um ponto de partida para se compreender o lugar da juventude na sociedade de classe. A juventude proletária que chega a vender sua força de trabalho passa a ocupar um lugar estratégico na produção social. Viverá as condições de exploração e opressão nos locais de trabalho, compondo o conjunto da classe

operária. A parcela que permanecer no exército de desempregados não deixará de fazer parte da classe operária. Trata-se apenas do contingente jovem que se agrega à massa de desempregados. A juventude proletária, pelo lugar que ocupa nas relações de produção, tem pela frente a tarefa de cumprir o papel revolucionário na luta de classes. Mas a juventude oprimida é mais ampla. Os filhos de camponeses pobres e da classe média urbana arruinada são também golpeados. Unidos à classe operária fortalecem o movimento de transformação histórica.

9. A classe operária é a classe revolucionária. Encontra-se em total antagonismo à propriedade privada dos meios de produção e toda forma de exploração do trabalho. Encarna a produção social e assim tem a faculdade de transformar a propriedade privada em propriedade coletiva dos meios de produção. Eis por que somente a classe operária pode contrapor-se à burguesia com um programa socialista. A organização da juventude sob o programa da classe operária é a condição para emancipá-la da ideologia burguesa e de suas formas pequeno-burguesas. A luta contra a sociedade de classe permite elevar a consciência política, compreender as leis de funcionamento do capitalismo e de sua transformação para a sociedade sem classes, ou seja, para a sociedade comunista.

10. Desde que Marx e Engels revelaram as leis das transformações e demonstraram que a classe operária se constituía na classe capaz de pôr fim à exploração do trabalho, sepultando a propriedade privada dos meios de produção, a burguesia passou a travar uma luta mortal contra o socialismo científico. Combate o comunismo com todo tipo de mentiras e falsificações. A propaganda burguesa contra o comunismo procura, particularmente, atingir desde cedo as crianças e a juventude. Desenvolve a idéia de que só no capitalismo há liberdade. E que as diferenças de classe são naturais, podendo ser superadas pelo esforço individual. Por meio da concorrência, o capitalismo é apresentado como o regime da oportunidade e da liberdade. Na realidade, a classe capitalista promove a concorrência entre os trabalhadores no mercado de trabalho, opõe os jovens operários aos operários adultos diante da escassez de postos de trabalho e empurra os jovens para disputa entre si desde a escola até o trabalho. Alimenta os preconceitos entre a juventude operária e da classe média. A verdadeira liberdade no capitalismo é a do patronato comprar a força de trabalho, dis-

pensá-la quando lhe convier, manter milhões vivendo na penúria e sustentar com muito dinheiro as instituições defensoras da sociedade de classe. A juventude oprimida transforma seu instinto de revolta combatendo a ideologia burguesa da liberdade de exploração, da concorrência entre os explorados e dos preconceitos e assimilando por meio da luta o programa da classe operária, o socialismo científico.

11. A consciência socialista se alcança e se desenvolve por meio da organização da juventude, em oposição à exploração capitalista. Essa organização vai desde os organismos sindicais, grêmios estudantis, comitês de bairro até o partido revolucionário. Esse último, o partido, é o instrumento da organização socialista mais avançada. Nenhuma outra forma de organização pode substituí-lo ou superá-lo. Isso por que o partido marxista, por sua natureza, elabora o programa da revolução socialista. Organiza a militância no interior dos movimentos sociais, dirigindo as lutas para a destruição do capitalismo. Os demais organismos são auxiliares. Permitem a organização das massas, que resistem aos ataques da burguesia. Mas para que cumpram o objetivo de defesa dos explorados contra os exploradores têm de ter em sua direção a política do proletariado, que se materializa no partido operário revolucionário.

12. A maior parte da juventude ainda se encontra desorganizada e dispersa. O que favorece a atuação dos organismos da

burguesia para manter sua alienação social e política. As direções sindicais e estudantis, comprometidas com os interesses e a ideologia da burguesia, desestimulam a organização de massa, bloqueiam os instintos de revolta e promovem o descrédito na necessidade da formação política revolucionária. Combatem o método da luta de classe, substituindo-o pela política da colaboração de classe. Atuam contra a estratégia de destruição do capitalismo, iludindo com a possibilidade de reformas sociais e humanização das relações de exploração do trabalho. Escondem a ditadura de classe da burguesia, escondendo o caráter de classe da democracia burguesa. Obscurecem a opressão das nações imperialistas sobre os povos oprimidos, defendendo uma nova ordem econômica internacional e a paz mundial sob o regime capitalista. As organizações da juventude se encontram penetradas dessas posições pró-capitalistas. A luta por organizar os jovens em oposição a toda forma de opressão exige o combate às direções adaptadas à política de conciliação de classe e a construção de direções verdadeiramente socialistas. Essa tarefa depende de avançar a organização da juventude no partido operário revolucionário.

13. A Corrente Proletária Secundarista se organiza sobre a base de princípios e programa do Partido Operário Revolucionário em construção. A luta contra o capitalismo e pelo socialismo no meio da juventude não

é senão trabalhar para que o programa da classe operária dê expressão consciente aos instintos de revolta da juventude oprimida. Não há dois programas, um da juventude socialista e outro da classe operária. O programa é um só: o da emancipação de todos os explorados pela via da transformação da sociedade capitalista em socialista. A juventude militante se organiza em torno do programa proletário e dedica sua energia para que as leis da história sejam realizadas pela revolução social. Essa tarefa implica trabalhar no seio da juventude proletária, camponesa e da classe média urbana. Partindo da opressão sofrida pela juventude, extraindo suas necessidades e transformando-as em reivindicações, a Corrente Proletária Secundarista toma a frente das lutas e organiza o movimento sob a estratégia da revolução social. Da mesma forma que só há um programa, o movimento da juventude combate o sistema de exploração do trabalho ao lado da classe operária e dos camponeses pobres, constituindo um só movimento antiimperialista e anticapitalista. Para derrotar a classe capitalista e destruir o seu Estado opressor, a classe operária necessita reunir a maioria oprimida e ganhar posição de dirigente da luta de classes. É assim que o programa proletário refletirá e dará unidade às mais diversas lutas de todos os explorados. A juventude socialista tem um papel decisivo para a conquista da unidade e coesão da maioria explorada em torno da classe operária.

Ato em São Bernardo Contra a Guerra

No dia 15 de fevereiro, um fórum formado pela Igreja, Movimento de fé, Comissões de Fábricas metalúrgicas convocaram um ato contra a guerra dos EUA ao Iraque. No ato, estavam presentes as comissões e as comunidades muçulmanas, os deputados reformistas e a diretoria do Sindicato do ABC. Quem fez os discursos foram os xeiques e os deputados reformistas, todos com a linha pacifista.

Dos representantes religiosos não se pode esperar outra coisa senão o discurso pacifista e pedidos para que todos rezem para que Bush e os grupos econômicos ouçam a palavra de "Deus" e não façam a guerra contra os miseráveis. Já dos deputados do PT, do PCdoB e da Diretoria do Sindicato, poder-se-ia esperar um pouco mais além do discurso da fé e da piedade, porém não foi isto o que aconteceu. No discurso de Jamil Murad, se destacou a piedade pelas várias crianças que irão morrer quando os EUA atacarem o Iraque, e por fim sugeriu

que existe a necessidade de fazermos atos sempre pacíficos para impedir a ofensiva bélica dos Estados Unidos. Vicentinho informou aos participantes que Lula irá pedir a Bush que não faça a guerra em nome das várias crianças. Iludiu os participantes, com a esperança de que Lula influenciará o imperialismo. Luiz Marinho, então, disse que "o ato ainda era insignificante diante da tarefa que temos a cumprir, que é de parar a guerra", argumentou que temos de fazer grandes atos pacíficos, porém não marcou outro nem se propôs a fazer um chamado incisivo nas fábricas metalúrgicas, para se contrapor ao imperialismo.

O ato terminou com a apresentação de um grupo de crianças cantando músicas religiosas. Dizemos que com o pacifismo não enfrentaremos a ofensiva imperialista.

A manifestação em São Paulo

Convocada pelo Comitê Contra a

Guerra/SP, reuniu vários setores, correntes políticas, movimentos populares, sindicais e estudantis, entidades religiosas e ONGs. Os estudantes saíram em passeata da Praça Oswaldo Cruz até o MASP. Em seguida junto com os outros manifestantes que estavam ali reunidos marcharam para o Ibirapuera. Neste ato como o de S. Bernardo prevaleceu a bandeira da PAZ.

Já o POR levantou como principal bandeira no ato travar a luta antiimperialista sob a bandeira da autodeterminação dos povos oprimidos, direito do Iraque a se armar e armamento das massas iraquianas para derrotar a ocupação dos EUA. Este conteúdo se diferencia do pacifismo pequeno-burguês e religioso. Está contido no Manifesto "Carta aos Trabalhadores e a Juventude Contra a Guerra Genocida dos Estados Unidos" que reproduzimos a seguir.

Carta aos trabalhadores e à juventude contra a guerra genocida dos EUA

- **Empunhar a defesa da autodeterminação dos povos**
- **Que as organizações operárias, camponesas, demais explorados e a juventude se coloquem do lado o Iraque oprimido contra o imperialismo.**
- **Que organizem o movimento de massa antiimperialista.**
- **Que exijam do governo PT/Lula uma verdadeira posição de apoio incondicional ao Iraque diante dos Estados Unidos.**

Com a bandeira de desarmamento do Iraque, eliminação do terrorismo e defesa da ordem mundial, os Estados Unidos estão prontos para a guerra genocida. Não se trata de uma guerra entre potências. O Iraque é um país de capitalismo atrasado, semicolonial. Não tem capacidade econômica e bélica para responder à máquina militar do país imperialista mais poderoso.

O poder de resistência está no povo iraquiano. É dele que depende a defesa da nação oprimida.

Os Estados Unidos se mostram ávidos a esmagar o ódio antiimperialista das massas iraquianas. Ainda que oprimidas pela feudal burguesia, externam a defesa da pátria contra os invasores imperialistas, apoiando as ações do governo de Saddam Hussein. Mas os Estados Unidos confiam na sua infinita superioridade para quebrar a resistência da população, não importando que tenham de provocar uma mortandade.

Os estrategistas imperialistas contabilizam um curto tempo para o êxito da operação militar de ocupação e um longo tempo de dominação do país. Calculam poucas baixas em seu lado, enquanto que do lado dos iraquianos depende da luta do povo. Se for necessário o genocídio para aniquilar a resistência, o imperialismo não vacilará. Essa orientação político-militar mostra a barbárie do capitalismo da fase monopolista.

Por mais que a campanha mundial dos Estados Unidos esconda o verdadeiro objetivo da invasão sangrenta do Iraque, salta à vista a necessidade de controle monopolista do petróleo e de expansionismo de sua área de influência internacional. O lençol petrolífero do norte da África ao Golfo Pérsico tem de estar protegido pelo aparato bélico da burguesia norte-americana. Não se admitem governos nacionalistas que desafiem os colonialistas, sustentando que as riquezas naturais pertencem às suas fronteiras. Nenhuma fronteira nacional poderá ser reivindicada pelas burguesias semicoloniais. Ao contrário, a crise estrutural do capitalismo empurra as potências a exigirem das nações oprimidas que rebatem suas fronteiras e submetam incondi-

cionalmente à orientação do capital monopolista.

A autodeterminação das nações oprimidas é incompatível com o domínio imperialista. E impossível de ser sustentada no capitalismo sem o movimento revolucionário das massas.

O Iraque sofre a violação do direito democrático à autodeterminação. A Resolução da ONU, exigindo que o Iraque destrua armamentos e impondo uma inspeção externa, fere a autodeterminação. As potências têm todo tipo de arma e nenhuma força internacional é capaz de regulamentar seu poder de destruição. Ao contrário, a maciça aplicação de capitais na mais avançada indústria bélica é parte fundamental do capitalismo parasitário. Grandes negócios giram em torno do armamentismo.

O gigantesco estoque de armas nos Estados Unidos é também um fator econômico que leva o imperialismo à guerra. O capitalismo que controla a indústria armamentista arma nações contra nações, incentiva os conflitos e promove ódios nacionais entre povos oprimidos. A história mais recente do Afeganistão e do Iraque constitui exemplo dessa ação predatória do imperialismo. Foram os Estados Unidos que alimentaram o armamento letal do Iraque contra o Irã, que incentivaram projetos nucleares no Iraque no tempo da denominada "Guerra Fria" contra a ex-URSS. Agora, essa mesma potência é que obriga o desarmamento para que possa exercer o domínio colonialista.

A ONU serve ao imperialismo exigindo que o Iraque cumpra as determinações dos Estados Unidos. As divergências da França e Alemanha quanto à invasão do Iraque mal escondem interesses imperialistas. Defendem a paz do imperialismo. Com ela, pisoteiam a autodeterminação do Iraque, impondo-lhe a inspeção da ONU. Provar ou não provar se o Iraque tem armas químicas é uma manobra das forças imperialistas em choque quanto às fontes de matérias-primas.

Aqueles que atribuem à ONU a decisão de breçar a invasão norte-americana, defendendo a paz do imperialismo franco-alemão, não fazem senão admitir a

violação da autodeterminação do Iraque. Em nenhuma hipótese é compatível a defesa da soberania de uma Nação com a defesa do poder de intervenção da ONU, que é comandada pelas potências. Lembremos que os Estados Unidos mantêm o Afeganistão sob intervenção com o aval da ONU. A criatura do imperialismo só pode servir aos fins colonialistas.

Está claro que o legalismo imperialista da França, seguido pela social-democracia internacional e toda sorte de reformadores do capitalismo, a exemplo governo do PT/Lula, pode adiar a ocupação do Iraque, mas não barrá-la. É provável que a França chegue a um acordo de guerra com os Estados Unidos, de forma a preservar seus interesses petrolíferos.

Será a luta das massas no Oriente Médio e no restante do mundo que quebrará a obstinação dos EUA, que, como disse Bush, não está condicionada pelo Conselho da ONU.

A divisão entre as potências favorece a resistência dos povos oprimidos, desde que não esteja sob a política da paz imperialista. A defesa do Iraque contra a guerra genocida não pode ser feita sob condições, no caso a do desarmamento e do intervencionismo via inspeção. A autodeterminação não existe se é limitada por qualquer tipo de imposição. Eis por que se coloca a defesa do direito ao armamento do Iraque. Somente seu povo, em luta contra o capitalismo e seu governo, pode definir o armamento. Esse é o conteúdo concreto da bandeira da autodeterminação, estando em situação de guerra colonialista ou de paz imperialista.

É necessário travar a luta política para que as organizações dos trabalhadores se coloquem pela autodeterminação incondicional do Iraque. Contraponham-se à guerra com mobilização antiimperialista. Que constituam os comitês de frente única antiimperialista, sobre a base do programa anticapitalista da classe operária.

Pela união dos trabalhadores e dos povos oprimidos do mundo todo em defesa da autodeterminação das nações.

Derrotar a ofensiva militar das potências organizando a frente única antiimperialista

Nesta edição:

- Revolta na Bolívia contra o governo do FMI
- Posição do POR boliviano em meio à situação revolucionária.
- 155 anos do “Manifesto Comunista” e hoje sua vigência é maior que nunca
- Para derrotar a ofensiva terrorista contra o Iraque e conquistar a paz devemos acabar com a dominação imperialista



Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Revolta na Bolívia contra o governo do FMI

Nem bem Sánchez de Lozada completa seis meses de governo, está obrigado a sufocar em sangue a revolta do povo boliviano contra as medidas do FMI. O motivo da explosão social foi o projeto de imposto direto de 12% sobre os salários. Na realidade, o “impostão” foi tão-somente o estopim.

Os salários esmagados e o desemprego crescente vinham impulsionando movimentos de resistência à miséria. Desempregados faziam greve de fome desde o dia 3 de fevereiro. Exigiam que o governo cumprisse a promessa eleitoral de criar empregos. Trabalhadores assalariados reivindicavam reajuste imediato de 40%. Camponeses bloqueavam estradas contra a destruição do plantio da coca. Estudantes lutavam pelo ensino público e acesso livre às universidades. Professores saíam às ruas contra a política de extrema miséria do governo e mais verbas à educação. Pais protestavam contra o envio de seus filhos soldados à região do Chapare para reprimir os camponeses que resistiam. Funcionários públicos colocavam-se contra as medidas de cortes.

Foi nessa situação de crise que teve lugar a rebelião policial do dia 12 contra o “impostão” e pela defesa dos 40% de reajuste. O governo Lozada lançou o exército contra o movimento dos policiais. Tanques de guerra protegeram o Palácio do Governo e patrulharam as ruas. 27 mortos em três dias de confronto.

O conflito entre os aparelhos repressivos do Estado provocou uma explosão generalizada em todo o país. As massas oprimidas, já em luta, passaram a enfrentar abertamente o governo e a repressão militar. Confrontos diretos,

bloqueios, ocupações, saques e marchas se dirigiram contra o Palácio do governo. As massas exigiram e exigem a renúncia do governo do FMI.

Configura-se uma resistência antiimperialista. A Bolívia saqueada, empobrecida e faminta se levanta contra mais um plano de saque e proteção aos banqueiros internacionais. O governo norte-americano manifesta apoio a Sánchez de Lozada à repressão sangrenta.

O governo boliviano acusa Evo Morales, cocaleiro que foi candidato à Presidência da República, de tentar provocar sua renúncia. O fato é que Evo Morales (MAS - Movimento ao Socialismo) é um reformista que procura chegar ao poder do Estado com o apoio de um setor da burguesia nacional. É bom lembrar que Evo Morales buscou o apoio do direitista e fascizante NFR para chegar à presidência. Portanto, um defensor do regime capitalista que ludibria as massas com a possibilidade de um acordo com a classe dominante. Certamente, tentará usar a luta heróica das massas para tirar proveitos eleitorais.

O Partido Operário Revolucionário boliviano, que se encontra à frente das lutas, há tempo vem assinalando o desenvolvimento de uma situação revolucionária no país. Tem-se colocado por generalizar as reivindicações operárias, camponeses, estudantis e populares, unificar o conjunto dos movimentos em uma só força e preparar as condições para a revolução social.

No curso dos acontecimentos, o POR rechaçou o eleitoralismo e, particularmente, o jogo pró-burguês do MAS e da burocracia sindical da COB. O choque interburguês, presente nesses últimos

dias de levante, permitiu que o MAS comparecesse como a oposição ao governo de Sánchez de Lozada. Esse fator político é importante porque os explorados bolivianos têm de se livrar da oposição burguesa, que canaliza o descontentamento da população e, sobretudo, mantém os camponeses sob sua tutela.

Sob intensa pressão das massas, os principais dirigentes do reformismo (oposicionismo burguês), como Evo Morales e Felipe Quispe, procuraram ganhar posições no Estado por meio de negociações parlamentares, que permitissem migalhas aos famintos e amenizassem o choque camponês contra a erradicação da coca. No entanto, o governo estava obrigado a aplicar novas medidas exigidas pelos banqueiros internacionais. Não havia espaço às negociações com o oposicionismo reformista.

Por debaixo dos pés do oposicionismo parlamentarista foram crescendo as manifestações das diversas camadas da população. Dirigiram-se contra o governo entreguista.

O pacote do FMI fez estalar as pressões em luta de classe aberta ao governo e à política econômica gerenciada pelo imperialismo. A linha de negociar concessões e de manter dividido os movimentos não pôde ser sustentada. Veio o levante à despeito do reformismo e o governo foi obrigado a expor a ditadura de classe da burguesia.

O POR boliviano já vinha indicando a tendência revolucionária das massas, combatendo a via das negociatas dos corrompidos líderes e colocando a necessidade da organização insurrecional dos explorados.

O reformismo burguês se mostra adversário da organização insurrecional, defendendo a renúncia de Lozada e convocação de novas eleições. Portanto, objetiva canalizar a luta direta das massas para a troca de um governo burguês por outro também burguês de característica demagógica reformista.

Em meio à situação convulsiva, contrapõe-se a política revolucionária do proletariado, encarnada pelo POR, e a reformista do MAS e da burocracia dirigente da COB. O desenvolvimento da revolução social na Bolívia depende da solução desse confronto, em favor do programa do POR.

Os trabalhadores brasileiros e estu-

dantes devem se solidarizar com a luta do povo boliviano. O que ocorre na Bolívia é um reflexo da crise mundial do capitalismo. Os planos das potências descarregam-na sobre os países semicoloniais e quem recebe todo o impacto são os explorados. Os trabalhadores bolivianos mostram o caminho da luta.

Posição do POR boliviano em meio à situação revolucionária

Divulgamos o desenvolvimento da linha revolucionária do trotskismo boliviano. É importante que a classe operária, camponeses, demais explorados e juventude possam assimilar a experiência das massas em luta contra o governo entreguista, ter claro o papel da esquerda parlamentarista (reformismo) e possam apoiar a estratégia revolucionária expressa pelo programa do POR.

24 de janeiro de 2003

É palpável o crescimento do descontentamento popular e antigovernamental. Tem chegado o momento de lançar consignas que unifiquem os setores e os orientem para a revolução social

De onde partir?

As consignas que se lançam devem ser a resposta aos grandes problemas que inquietam a maioria da população; isto não quer dizer que se ignorem as questões setoriais, que também não devem se ignorar a luta cotidiana.

Os maiores problemas que inquietam a maioria da população são a miséria extrema e o desemprego massivo. Tem-se que assinalar que são consequência da crise econômica estrutural do capitalismo, de sua desintegração, que atuam através do predomínio das multinacionais na Bolívia, que é uma colônia dos Estados Unidos.

As questões setoriais são consequências ou são agravadas pelos dois problemas assinalados, que definem as condições de vida e a morte dos bolivianos.

A resposta que tem de se dar

a) Acabar com a miséria extrema. Tem de utilizar-se a violência para impor o salário mínimo vital com escala

móvel de acordo com o preço das mercadorias; isto supõe que toda vez que aumente esse preço se elevarão os salários e rendas automaticamente na mesma proporção.

b) Resolver radicalmente o desemprego massivo (a impostura de obras com trabalho, de atividade por horas ou dias com salários miseráveis, não é mais do que uma impostura) mediante a escala móvel de horas de trabalho, sem que haja diminuição do salário mínimo vital. Dividirá a quantidade de horas de trabalho disponível no país entre os operários ativos e inativos, sem que a obrigatória redução da jornada de trabalho suponha queda do salário mínimo vital.

Consignas centrais que devem impor a ação direta:

1) Salário mínimo vital (os sindicatos chamam de cesta básica familiar) com escala móvel baseado nos preços das mercadorias (o salário real deve aumentar automaticamente toda vez que sobem os preços, sem necessidade de conflitos).

2) Escala móvel das horas de trabalho. A totalidade das horas trabalhadas disponíveis no país deve ser dividida entre o número de operários ativos e inativos. A diminuição da jornada de trabalho obrigatória não deve levar à diminuição do salário mínimo vital.

3) Abono dos demitidos obrigatórios, que deve ser pago pela patronal e seu governo.

4) Incorporação dos desempregados no seio da COB, para serem organizados e incorporados à luta.

5) Recuperação pelos camponeses, apoiados pelo povo, de toda terra que

lhes tem sido roubada pelos latifundiários, empresários, Estado, Igreja etc.

6) As nacionalidades nativas, atualmente subjugadas, devem estruturar-se em Estados nacionais soberanos, se assim desejarem.

7) A atual colônia ianque que é a Bolívia deve lutar por recuperar e impor sua soberania nacional.

Professores e associações pacenhas ganham as ruas

Os professores urbanos de La Paz, dirigidos pela Federação e as associações ganharam as ruas para expressar sua solidariedade com todos os setores da população que lutam contra a extrema miséria e a conduta ditatorial do governo de Goni, serviçal das multinacionais.

As forças policiais empregaram toda sua brutalidade para dispersar os que ousaram ganhar as ruas. Um porteiro foi ferido na cabeça.

O importante é constatar que os professores estão nas ruas lutando por seus objetivos e respaldando a batalha que libertam os bolivianos contra o mau governo antinacional e de fome.

Os Altenhos (El Alto) pedem mais recursos para os centros de ensino

As organizações da cidade altenha vêm-se mobilizando para protestar contra o administrador imoral e incapaz, cuja renúncia tem demandado muitas vezes.

Desta vez vamos ganhar as ruas de La Paz para mostrar que estamos lutando para que o governo conceda mais recursos para os estabelecimentos de ensino. Também lutaremos para que se

reconheça que a universidade dessa cidade tenha caráter de autonomia e se impeça o retorno do cachorro do clericalismo, que tanto dano ocasionou ao ensino superior.

Os pais de família se opõem a que seus filhos sejam levados ao Chapare ara reprimir os cocaleiros, perder sua vida e ser submetidos às condições de vida desumanas.

1ª semana de fevereiro

Desempregados em greve de fome

Carta aberta à COB

Companheiros,

Recebam um cumprimento da parte do Comitê Misto de Desempregados de El Alto. Nosso comitê deve sua organização à necessidade de representar os milhões de bolivianos que padecem da situação de desemprego e da promessa eleitoral que fez o governo de dar postos de trabalho.

Parece-nos extremamente grave que a máxima organização dos trabalhadores do país não tenha tomado conta na sua pauta nacional que a crise pela qual atravessa o país se deve principalmente a não utilização de sua força de trabalho, que é a única que pode reativar o aparato produtivo para criar riqueza.

Esperamos não estar inoportunamente para ser tomados em contra na organização matriz que acreditamos que é porta-voz dos trabalhadores ativos e dos que hoje estão nas ruas por culpa da política estrangeira imposta por nossos governos, que mostram muita dureza com os oprimidos e, sem dúvida, dóceis a seus mandantes.

Companheiros, nos encontramos em greve de fome dura desde o dia 3 de fevereiro deste mês, com o firme propósito de manter esta media até que o governo cumpra com sua palavra empenhada durante a campanha eleitoral de dar "empregos e mais empregos", estamos decididos a deixar nossas vidas nesse intento.

Atenciosamente,

p. Comitê Misto de desempregados de El Alto (Bases)

Juan Manuel Poma – Simon Condori (grevistas de fome)

Convulsões nas Universidades

El Alto

Os alunos da universidade protagonizaram uma greve duríssima. Alguns têm queimado os lábios, outros as pálpebras e ameaçam tomar medidas ainda mais duras.

Os grevistas pedem que se conceda à universidade altenha a mesma autonomia de que goza o sistema universitário do país.

Também se opõem que retornem as autoridades corruptas e incapazes

Sucre

Numerosos aspirantes ao ingresso à universidade estatal têm sido afastados nos famosos exames de admissão.

Os prejudicados tem procedido a ocupação das oficinas da universidade e ameaçam com medidas mais severas até arrancar o ingresso livre ao ensino superior e que será favorável aos setores populares (trabalhadores, camponeses)

Posição revolucionária do Comitê Misto de desempregados do Alto

Pauta de reivindicações

Somos os mais golpeados pelo atual modelo; somos os que suportamos as conseqüências do ensaio neoliberal; somos o exército de desempregados provenientes das minas, das fábricas, da migração camponesa pela minifundialização, o crescimento negativo acumulado e a paralisação do aparato produtivo.

A falta de empregos causa séria deterioração nas bases de nossa sociedade: a perda de autoridade e autoestima do chefe de família, o abandono do lar por parte da mãe em busca de trabalhos alternativos, a incorporação à economia informal das crianças desde cedo, que em seu conjunto tem levado à desagregação familiar, a mendicância, à prostituição aberta, o alcoolismo, a delinquência juvenil, enfim, a perda de todos os valores morais consagrados pela humanidade.

O sistema sobrevive em sua decomposição. O modelo, como resposta a sua crise, não tem feito senão aprofundá-la, torná-la inviável.

A era neoliberal se caracteriza por

sua maior dependência política aos poderes internacionais. Temos perdido a pouca soberania que tínhamos..., ao deixar de controlar nossas empresas estratégicas, ao perder a propriedade de nossos recursos naturais, tem desaparecido nossa possibilidade de desenvolvimento soberano. O atual Estado, desmantelado de seus próprios recursos, está obrigado a recorrer a única fonte de recursos: os impostos.

Dispomos de extensas terras para lavoura, jazidas de minérios, gás, força de trabalho sem utilização..., sem dúvida, dissipamos nossas riquezas em proveito de outros, as vendemos no bruto sem dar-lhe o valor agregado...

Nós desempregados de El Alto acreditamos que nos deixaram só um caminho para recorrer: recuperar o país para os bolivianos e esta consigna passa por recuperar nossas empresas e nossos recursos naturais para as mãos do povo...

Reivindicamos:

Fontes de emprego seguro, permanentes e produtivos. Previdência social às famílias sem emprego fixo e com baixos recursos. Perdão e não pagamento de impostos, enquanto não contarem com uma segura fonte de emprego.

Capacitação trabalhistas permanente aos desocupados, sem nenhum custo.

Uniformes aos filhos dos desempregados.. Ingresso gratuito às universidades e bolsas de estudo.

Lei contra a discriminação geral em favor das pessoas idosas.

Seguro desemprego enquanto o governo não nos dê uma fonte de emprego segura.

Reabertura das fontes de trabalho nas minas, fábricas etc.

Construção de infra-estrutura estradas e vias departamental, regional e provincial.

Doação de terras como base de um plano de desenvolvimento sustentável

Fim das Superintendências, controle das empresas privatizadas na forma coletiva por parte dos bolivianos.

É palpável o descontentamento popular e antigovernamental em crescimento

Chegou o momento de lançar consignas que unifiquem os setores e os orientem até a revolução social

De onde partir?

As consignas devem ser respostas aos grandes problemas que inquietam a maioria da população, isto não quer dizer que se ignorem as questões setoriais e nem a luta cotidiana.

Os maiores problemas que inquietam a maioria da população são a miséria extrema e o desemprego massivo.

Devemos sublinhar que estes problemas são conseqüências inevitáveis da

crise econômica estrutural do capitalismo, de sua desintegração, que atua através do predomínio das multinacionais na Bolívia, que se transformou numa colônia norte-americana.

As questões setoriais são conseqüência ou são agravadas pelos problemas assinalados, que definem as condições de vida e de morte dos bolivianos

A resposta que devemos dar

a) Acabar com a miséria extrema. Devemos utilizar violência para impor o salário mínimo vital e a escala móvel de salário; ou seja, que sempre

que aumentarem o preço dos produtos o salário também seja aumentado na mesma proporção automaticamente.

b) Resolver radicalmente o desemprego massivo (as frentes de trabalho limitadas a poucos meses ou dias de trabalho com salários miseráveis são uma enganação), mediante a escala móvel das horas de trabalho, sem a diminuição do salário. Se dividirá o total de horas de trabalho disponíveis no país entre os operários empregados e desempregados.

As massas devem superar a burocracia (Manifesto do POR de Ururo)

Os bloqueios de estradas e os protestos de rua não estão conseguindo se estender a nível nacional nem se radicalizar com outras ações, por causa das disputas entre os burocratas sindicais e politiqueros, que traem as massas com pautas distracionistas e objetivos eleitoreiros, reformistas, pró-burgueses, que chocam com os verdadeiros interesses imediato dos explorados.

Assim o provam, por exemplo, as demandas de Evo Morales do MAS (aceitas pelos seguidores de Mallkus, pelos antineoliberais, e de todos que buscam uma "pausa" (não anulação definitiva) na erradicação da coca, e a "renúncia" da dupla de assassinos Goni-Mesa e "novas eleições", ou seja

trocamos o governo burguês por outro governo burguês (incluído o governo do MAS).

As massas têm, portanto dois obstáculos a superar para converter numa ação única suas atuais e constantes lutas isoladas e divididas. Primeiro necessitam elaborar um programa revolucionário de reivindicações e segundo, necessitam ter novos dirigentes surgidos da base da luta, sujeitando-os ao controle das assembléias e da política própria dos explorados.

É precisamente a política operária (e não a burguesa) a base deste programa de luta e da nova direção das massas, que podem ser resumidas nas consignas de livre produção, comércio e industrialização da

coca e da cocaína; salário mínimo vital com escala móvel de salários; distribuição do trabalho entre empregado e desempregados sem rebaixar o salário (escala móvel das horas de trabalho); ocupação de todas as terras, minas e fábricas; auto-governo (Estados próprios) para os quéchuas, aymaras e os outros povos autóctones; revolução e ditaduras proletárias para recuperar as empresas privatizadas, para defender o gás e para combater o ALCA.

As repressões, assassinatos e massacres cometidos pelos governos burgueses, devem ser vingados e eles devem derrotados pela insurreição popular, não com diálogos, nem eleições ou as-

Agudiza a Luta de classes, estamos em Plena Guerra. O problema fundamental:

Sob que orientação política, de qual classe social, os combatentes se movem?

Não devemos esquecer de que a política é luta de classe contra classe. As massas se movem instintivamente até que se abra a perspectiva da conquista do poder, a partir deste momento o futuro depende de que se elabore corretamente a conquista do poder pela classe operária, pelos órgãos de poder.

Existe somente uma política revolucionária, que é a que expressa a rebelião da propriedade social dos meios de produção contra a grande propriedade privada burguesa. Esta corresponde à política proletária, que é a força de trabalho não proprietária.

Na essência do problema se encontra

o dilema entre a grande propriedade privada burguesa e a propriedade social.

O objetivo da Revolução na sociedade capitalista é a imposição da propriedade social.

Conclusão: A libertação da Nação (frente antiimperialista) oprimida pelo imperialismo somente poderá ocorrer se se materializa a política revolucionária do proletariado, caso contrário o objetivo de sua luta concluirá em frustração.

Império da Política Burguesa

As direções sindicais e de outras organizações populares abandonaram a política revolucionária do proletariado (na Bolívia resumida nas "Teses de Pula-cayo") e seguem as linhas traçadas pela classe média e até as de alguns grupos

burgueses.

São traidoras porque se empenham em que a sociedade burguesa persista explorando e oprimindo as maiorias nacionais, que no caso de isto continuar a ocorrer, acaba levando a uma derrota das massas que gemem em meio à miséria extrema e do desemprego massivo.

As massas devem se rebelar contra as direções reacionárias e as sepultá-las.

A Política Revolucionária

Somente o proletariado luta para expulstar a ordem social burguesa e impor a social. Somente por este caminho os explorados e oprimidos do país poderão se libertar e forjar a sociedade comunista.

(extraído do Masas boliviano n.º 1839 de 24 de janeiro de 2003

155 anos do “Manifesto Comunista” e hoje sua vigência é maior que nunca

Sua essência: o desenvolvimento da contradição fundamental da base estrutural econômica do capitalismo determina sua evolução econômica e em certo momento seu salto qualitativo, a revolução social. Constatamos que internacionalmente nos encontramos nesta realidade.

Alguns Dados

O Segundo Congresso da Liga dos Comunistas (29 de novembro a 8 de dezembro de 1947) encarregou Marx e Engels a redação de uma explicação de suas finalidades de luta.

Trata-se do documento fundamental do movimento marxista mundial, de uma insuperável exposição do materialismo histórico.

Em seu primeiro capítulo mostra a premissa de que toda a história não é mais do que a história da luta de classes entre explorados e exploradores, que constitui a força que impulsiona a transformação qualitativa da sociedade.

Mostra a formação do capitalismo no seio do feudalismo, de como no seu início a burguesia fora uma classe revoluci-

onária e de como ela se transformou em reacionária, a necessária aparição do proletariado, cuja finalidade histórica não é outra do que acabar com a ordem social baseada na grande propriedade privada dos meios de produção e instaurar o comunismo (sociedade sem classes, sem explorados nem exploradores).

A consciência de classe permite a organização do partido operário e que a luta de classe seja uma luta política.

No capítulo quarto se esboça o que será, devido ao desenvolvimento capitalista e à presença do proletariado, a revolução com objetivos burgueses e iniciada sob uma direção democrática: prelúdio – dizem eles – da revolução proletária, considerada como fenômeno internacional, mundial.

No continente Latino Americano e particularmente na Bolívia, se começou a ler o “Manifesto Comunista” em edições espanholas.

A primeira edição boliviana que se conhece foi multicopiada nos anos 30 do século XX, por grupos de tendência estalinista. Existe uma edição porista deste

documento fundamental.

Os democratizantes, os reformistas pró-burgueses consideram que o “Manifesto Comunista” caducou devido ao desenvolvimento do capitalismo e da democracia parlamentar. Os fatos se encarregam de demonstrar a falsidade desta premissa.

O “Manifesto Comunista” e a Revolução Permanente

Em uma circular da Liga Comunista se encontra o enunciado da revolução permanente nos países em que não se conheceu um desenvolvimento democrático amplo.

Leon Trotsky se encarregou de desenvolver em toda sua amplitude este ponto teórico-programático.

A revolução boliviana ao longo de sua história, de suas derrotas e de suas vitórias, se guia pela revolução permanente, seus objetivos e seus métodos de luta são mais atuais do que nunca neste momento convulsivo.

(extraído do Masas boliviano n.º 1840 de 31 de janeiro de 2003)

Argentina

Para derrotar a ofensiva terrorista contra o Iraque e conquistar a paz devemos acabar com a dominação imperialista

O imperialismo anglo-ianque está pronto para um novo ataque terrorista contra o Iraque e invadi-lo, com o objetivo principal de apoderar-se do seu petróleo e pôr um governo totalmente subordinado a seus interesses.

Pretende dominar militarmente a região como parte de sua política colonizadora em todo o mundo, arregimentando as massas e protegendo o Estado terrorista de Israel. Pretende golpear as massas árabes e, especialmente, os palestinos, que resistem com sua heróica intifada. Procura também uma via de escape para sua própria crise, que inevitavelmente se agravará com a guerra.

É mentira que o objetivo da guerra seja o de desarmar o Iraque porque estaria desenvolvendo armas de destruição massiva e poderia ser um perigo para as outras nações. Em todo o caso, o Iraque tem o direito de produzir o armamento que quiser. Quem inspeciona, controla e destrói os arsenais do imperialismo, capazes de destru-

ir o planeta inteiro?

A intervenção das Nações Unidas e a inspeção devem ser rechaçadas. A ONU é uma instituição inteiramente a serviço das principais potências. Uns pretendem dominar os recursos do Iraque mediante a guerra e outros “pacificamente” desarmando “por bem” o Iraque.

As grandes potências imperialistas se dividem porque têm interesses contrapostos entre si, mas todos coincidem em desarmar o Iraque e apropriar-se de todos seus recursos.

Ainda que os inspetores não encontraram nenhuma prova para incriminar Saddam, os Estados Unidos e a Inglaterra estão dispostos a atacar e não há resolução que os detenha. Porque o objetivo é apoderar-se do petróleo, com argumentos ou sem eles.

A crise econômica mundial, que afeta as principais potências, agudiza mais a luta pela repartição e controle das colônias, especialmente aquelas que possuem recursos

estratégicos.

A “ordem global” se assenta no poder militar das nações mais desenvolvidas que estão dispostas a fazer o que venha a desejar para impor seus interesses, burlando todas as convenções e resoluções que elas mesmas ditaram no passado. O objetivo da Guerra é invadir a nação iraquiana e saqueá-la.

Não estamos diante de uma “loucura” de Bush, é todo um setor da burguesia imperialista que está convencido que este é o único caminho para superar a crise.

A Guerra do Golfo de 1990/91 já mostrou a barbárie imposta pelo terrorismo imperialista contra a população iraquiana. A nova guerra matará dezenas ou milhões.

É uma burla gigantesca que, a partir dos governos terroristas dos Estados Unidos e Grã-Bretanha, se faz das violações dos direitos humanos no Iraque, mostrando Saddam como um monstro. Quando são eles os principais responsáveis do grande massacre sobre a população. São

eles os que usaram no passado Saddam para enfrentar o Irã e os curdos.

Na Argentina, não promovem guerras bélicas ou golpes porque os últimos governos têm se mostrado absolutamente servis acatando todas suas ordens, levando-nos ao pior desastre da história. Na Bolívia, quiseram levar adiante os mesmos planos de guerra contra os oprimidos que aplicaram na Argentina.

A luta para derrotar o terrorismo imperialista contra o Iraque é parte da mesma luta por impedir o triunfo do golpismo na Venezuela, do Plano Colômbia, defesa da Intifada Palestina e por acabar com o regime de fome e desemprego na Argentina.

É a luta por impedir que se materialize a Alca, que representa uma verdadeira anexação da América Latina aos Estados Unidos para garantir matérias-primas e a colocação de todos os excedentes de sua produção, acabando por destruir nossa raquítica indústria.

Tudo isto são exemplos da desagregação do imperialismo, não de sua vitalidade, já que tem de promover a guerra e a militarização para sustentar sua dominação, ainda que com o crescente rechaço no mundo todo.

Essa ofensiva terrorista está polarizando a luta de classes, entre o imperialismo, seus governos e seus aliados e, por outro lado, a classe operária mundial e as lutas antiimperialistas que se estendem. Nos próprios países imperialistas vêm se desenvolvendo mobilizações extraordinárias contra a guerra.

Mas voltamos a dizer: para impedir a guerra, conquistar a paz, é necessário esmagar e derrotar o imperialismo em todo o mundo.

Que melhor ajuda ao povo iraquiano do que a luta do povo venezuelano contra os golpistas. Que melhor ajuda do que a resposta que as massas bolivianas dão ao governo do Fundo Monetário, Sánchez de Lozada.

EUA e Inglaterra estão prontos para lançar o ataque contra o Iraque em questão de dias ou semanas

Primeiro, afogaram economicamente, depois o desarmaram por todos os meios e agora lançaram uma ofensiva terrorista. Já mobilizaram grande quantidade de equipamentos e tropas para a região. Ninguém pode pensar de que se trata de simples ameaça.

O governo Blair, o trabalhista, o da "Terceira Via", homem e partido da social-democracia, é líder da gigantesca ofensiva destinada a esmagar o empobrecido Iraque.

É preciso trabalhar para derrotar o imperialismo e barrar essa ofensiva terrorista

É necessário armar todo o povo do Iraque e dos países do Oriente Médio que se dizem solidários para derrotar a invasão. É necessário redobrar a mobilização das massas na Europa, EUA, que têm expressado nas ruas o repúdio à Guerra. Mas é imprescindível golpear diretamente seus interesses econômicos, as bases materiais das multinacionais dos países que comandam a guerra.

Denunciamos o papel daqueles governos "amigos" que não fazem nada efetivamente para ajudar o povo iraquiano e acabam colaborando com os opressores, pressionando por uma "derrota pacífica".

A política da classe operária deve ser independente das frações imperialistas e dos governos lacaios das semicolônias. Não se deve ir atrás de nenhum deles. Devem ser desmascarados e combatidos.

A defesa incondicional do Iraque e contra a que os Estados Unidos imponham seu governo não significa um apoio político a Saddam Hussein, antigo amigo dos Estados Unidos para enfrentar seus vizinhos, sanguinário repressor do povo curdo. Sua política, limitadamente nacionalista-burguesa, tem permitido a presença dos inspetores da ONU, os vôos de espionagem e aceita as exigências de se desarmar.

O governo do Iraque, por suas características burguesas, não fará uma luta conseqüente ao imperialismo, está colocado para as massas levar a cabo até as últimas conseqüências a defesa da Nação oprimida e a derrota da invasão, dotando-se de uma direção à altura dessa tarefa.

Nossa melhor solidariedade é combater conseqüentemente o imperialismo em nossos países

Lutamos pela construção da frente única antiimperialista na Argentina, que deve levantar a bandeira da defesa da autodeterminação das nações, contra todo tipo de ingerência, pela derrota do imperialismo em todos os rincões do mundo, na perspectiva

do governo operário-camponês. É necessário que trabalhem na Argentina pela expulsão dos "inspetores" do FMI, a ruptura com o capital financeiro internacional, a expropriação de todas as empresas estratégicas em mãos das multinacionais, para começar a libertar-nos.

Impeçamos que o governo lacaios de Duhalde apóie o ataque e envie algum tipo de colaboração militar, ainda que simbólica. Rechacemos também sua política de apoio às resoluções da ONU.

Chamamos à realização de encontros regionais para coordenar ações, a todos os partidos, agrupamentos, sindicatos, centros estudantis, movimentos sociais, que se reivindicam da luta antiimperialista para dar resposta ativa à ofensiva terrorista pela via da ação direta das massas sob a base de um programa único.

A invasão é iminente, não desperdicemos nossas forças, não limitemos nossas ações às marchas de tipo legalista à Embaixada. É necessário preparar respostas unitárias e contundentes. Não esqueçamos que os agressores do Iraque são os mesmos que nos têm pisado com sua bota e estão nos matando de fome e desemprego.

As mobilizações e os pronunciamentos têm importância mas o essencial é que a classe operária intervenha aqui e em todas as partes com seus próprios métodos, com a greve, com medidas de ação direta dirigidas principalmente contra as potências que levam adiante essa ofensiva terrorista.

Uma derrota militar do povo iraquiano pode ter conseqüências terríveis para os povos oprimidos do mundo, inclusive para os trabalhadores dos EUA e Inglaterra. Assim como uma derrota do imperialismo pode dar um inusitado vigor às lutas antiimperialistas em todo o mundo.

A burocracia sindical, seguindo o governo lacaios, está paralisada e "deixa fazer". Os reformistas e pacifistas, por sua vez, se limitam a pregar a paz a partir de um terreno passivo, sem apontar as bases da guerra. Não é possível conquistar a paz e acabar para sempre com as guerras sem que se acabe com a dominação e opressão imperialista, essa é a base, essa é a raiz do problema.

A classe operária deve dirigir o levante das nações, em aliança com os camponeses e as camadas médias oprimidas. O capitalismo em desintegração nos está levando à barbárie em todas suas formas.

Partido Operário Revolucionário da Argentina